

ADRENALINOS
7
DOPPLER
BRASILEIRO

Bolívar
Costa

QUEM
PODE FAZER A REVOLUÇÃO
BRASIL ?

Quem pode fazer a Revolução
no Brasil?

CADERNOS DO POVO BRASILEIRO

Diretores:

ALVARO VIEIRA PINTO
ÊNIO SILVEIRA

Volume 7

desenho de capa:
EUGÊNIO HIRSCH

Exemplar Nº 03499

Direitos desta edição reservados à
EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S. A.
Rua 7 de Setembro, 97

RIO DE JANEIRO

1962

Impresso nos Estados Unidos do Brasil
Printed in the United States of Brazil

BOLÍVAR COSTA

QUEM PODE FAZER A REVOLUÇÃO NO BRASIL?

B I B L I O T E C A
INSTITUTO DE PLAS FINE CIENCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S. A.
RIO DE JANEIRO

5

INDICE

INTRODUÇÃO	9
A DIREITA E A REVOLUÇÃO BRASILEIRA	11
O Que Pretende a Direita	13
Como Manobra a Direita	15
A Direita Encontra o Centro	18
O CENTRO E A REVOLUÇÃO BRASILEIRA	23
O Centro Mistificador	25
Reformismo Subdesenvolvido	27
A Falsa Posição do Centro	30
O Sacrifício de Vargas e a Conduta das Forças Centristas	32
Refermas de Base: Campo de Manobras do Centro	34
Quando as Forças Centristas se Revelam ...	39
A ESQUERDA E A REVOLUÇÃO BRASI- LEIRA	43
Quem é Esquerda no Brasil	45
As Esquerdas do Brasil e a Contra-Revolu- ção Mundial	49

O direito de revolução é um direito sagrado; um direito que, em nossa opinião, há de libertar o mundo.

ABRAHAM LINCOLN

Ao fundir nossas próprias palavras-de-ordem com as palavras-de-ordem da burguesia reformista, debilitamos a causa da revolução e, também, em consequência disto, a causa das reformas, uma vez que dessa maneira debilitamos a independência, a firmeza e a força das classes revolucionárias.

V. I. LENIN

320.981

C8237

LFEH

54762

69/253262

JN000078614

As Esquerdas do Brasil e a Revolução Pa- cífica	58
QUEM PODE FAZER A REVOLUÇÃO NO BRASIL	67
A Revolução em Marcha	69
A Revolução do Operariado	71
A Revolução do Campesinato	72
A Revolução da Classe Média	73
A Revolução da Burguesia Progressista	75
As Contradições das Esquerdas	76
O Atual Regime Tende para a Democra- tização	78
Formação de um Governo Nacionalista ...	82
Realização de Reformas Antimperialistas e Democráticas Dentro do Atual Regime	87

INTRODUÇÃO

Este livro tem como objetivo colocar o leitor no centro da discussão ao principal problema que se apresenta atualmente à sociedade brasileira: o da Revolução.

Procuramos — como não podia deixar de ser — abordar o assunto à luz dos interesses específicos das diversas classes sociais, sem, no entanto, abandonar a perspectiva convencional pela qual se costuma dividir as forças políticas em choque no Brasil em três facções distintas: direita, centro e esquerda. Conquanto artificial e esquemática, essa divisão, segundo nos parece, possibilita a discussão do problema em termos bastante acessíveis ao grande público. Essa a razão porque adotamos o seguinte critério:

Estudamos, na primeira parte, a posição das correntes de direita face à Revolução Brasileira, suas relações com as forças do centro e sua conduta ante o avanço político das massas populares. Neste passo, caracterizamos a direita como a contra-revolução em sua forma ostensiva.

Na parte seguinte, efetuamos como que uma inversão dos dados da questão, retomando o tema da aliança do centro com a direita. Aqui ganha saliência a análise da posição centrista, que expressa a contra-revolução em sua forma disfarçada, isto é, em termos de reformismo,

de "revolução branca", de "revolução legislada", de "revolução sem sangue".

Finalmente, na terceira e quarta partes procuramos dar ênfase especial aos problemas da autêntica Revolução Brasileira. A que classes interessa essa Revolução? Porque? E até que ponto vai êsse interesse? Quem pode fazer a Revolução no Brasil?

Eis algumas das questões que tentamos responder, dentro das limitações impostas pela natureza e extensão do trabalho que nos propusemos realizar.

A DIREITA E A REVOLUÇÃO BRASILEIRA

O QUE PRETENDE A DIREITA

O BRASIL ATRAVESSA, NO MOMENTO ATUAL, UMA etapa pré-revolucionária, em que a sociedade, para poder eliminar os seus desajustamentos, terá que passar por um processo de radical transformação da estrutura econômica. Essa situação pré-revolucionária se agrava a cada dia e representa um verdadeiro beco-sem-saída para as nossas classes dirigentes, porque a elas não interessam modificações radicais, que selariam o seu próprio aniquilamento como classe exploradora. Segue-se daí que o problema da pré-revolução, como o da revolução que lhe sucede, não é problema das classes dominantes, mas das classes exploradas. A estas últimas cabe realizar as tarefas que se impõem à sociedade brasileira em marcha para a solução das suas contradições. Com efeito, para que o país saia da crise permanente em que se encontra, não se pode apontar outro caminho que não seja o que conduz à verdadeira revolução social. Esta a realidade que a cada passo mais e mais penetra na consciência do povo brasileiro. Embora a revolução só interesse, do ponto de vista positivo, às classes que com ela se beneficiarão diretamente, isto é, o operariado, o campesinato e setores da pequena burguesia — que constituem a imensa maioria do povo — as classes dirigentes dedicam-lhe muita atenção, com o objetivo evidente de destruí-la em sua nascente. E as classes diri-

gentes costumam dividir-se, elas próprias, quando se trata de combater a revolução, em forças de "direita" e de "centro".

Os grupos da direita vivem a proclamar que o Brasil se encontra à beira do caos e da anarquia, por isso, eventualmente, reclamam soluções extra-legais. As forças reacionárias ditas do "centro" — que não são outra coisa senão a própria direita disfarçada, demagógica — preocupam-se em alertar a opinião pública para o perigo que representa a radicalização da política nacional. Embora seja inteiramente artificial a divisão das classes dominantes do Brasil em correntes direitistas e centristas, elas divergem entre si eventualmente, mas sómente quanto aos métodos de preservar os seus privilégios de classe e de paralisar o avanço ascensional das massas populares. Conhecer os motivos porque êses dois setores das classes dominantes advogam métodos diferentes para tornar segura a exploração das massas trabalhadoras, é o que importa agora.

A experiência mostra que tais divergências só se manifestam de forma aguda quando surge ameaça direta aos privilégios das classes dominantes, como um todo. Fácil será demonstrar que tanto as forças que se dizem situadas no centro político, como as da direita, perseguem um único objetivo: o afastamento das vanguardas do povo do centro das decisões políticas.

As diferenças quanto aos meios de ação pouco importam, na prática. Assim, não se deve atribuir, por exemplo, grande importância ao fato de que setores direitistas desejem, em determinadas ocasiões, feixes as instituições democrático-burguesas, pregando a implantação da ditadura militar ou de um governo qualquer de "salvação nacional". Quando iniciam uma campanha desta natureza — empregando "slogans" radicalizantes e métodos de ação política que chegam até ao atentado ma-

terial — não pretendem, com isso, objetivamente, destruir as forças políticas progressistas que se lhes opõem. A direita não ignora que tal é impossível. Sabe que suas campanhas não têm o poder mágico de promover a liquidação pura e simples das correntes esquerdistas. Quais são, pois, os objetivos essenciais dessas manifestações direitistas de certos grupos de nossas classes dirigentes?

A resposta vem por parte. Ninguém, no entanto, ignora que a direita, como força política atuante, só se faz presente quando a unidade das classes dominantes corre perigo em face do avanço político das massas populares, ou quando as contradições entre a burguesia nacional e a burguesia ligada aos interesses do imperialismo internacional se manifestam abertamente.

As correntes de direita agem, na realidade, como se constituíssem uma espécie de polícia de segurança do regime. Sua atuação, embora se caracterize pelo combate às esquerdas em termos de anticomunismo, de salvaguarda dos valores ocidentais e cristãos, visa, em última análise, a fazer tóda a classe dominante tomar consciência dos perigos que poderão representar as conquistas populares.

COMO MANOBRA A DIREITA

A simples análise dos acontecimentos que marcaram a vida política brasileira a partir da crise provocada pela renúncia de Jânio Quadros oferece nítida compreensão do que se pode chamar de comportamento notável das forças de direita em nosso País. A renúncia do Presidente — e não importa discutir aqui os motivos do inesperado gesto — mergulhou a Nação num clima de perplexidade e apreensão. As áreas direitistas — que já começavam a trabalhar no sentido de fazer o governo

recuar de certas posições avançadas no campo da política internacional — aproveitaram a eclosão da crise, não para implantar uma ditadura militar, mas para conseguir a formação de um govêrno descompromissado com as camadas populares, e que se manifestasse, além disso, favorável à preservação dos privilégios de toda a classe dominante. Tal posição foi claramente expressa pelo veto que os ministros militares opuseram ao nome de João Goulart, personagem há muito mal visto pelas forças da reação, precisamente em razão de certos compromissos do então Vice-presidente com vastas camadas do operariado.

Logo nos primeiros momentos da crise, o veto ao ex-líder trabalhista contou com o apoio velado de importantes áreas das forças chamadas centristas. Vários governadores de Estado, entre eles os de São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco, para não falar no da Guanabara, que se encontrava no próprio comando da reação, embarcaram silenciosamente na canoa do golpismo. No Congresso, a situação era semelhante. Com exceção de reduzido grupo de parlamentares progressistas, a maioria manteve-se em atitude de comprometedor expectativa. Observe-se que nos momentos iniciais da crise, as forças do centro se agruparam, por omissão, em torno da atuante área direitista que ameaçava acionar, no plano nacional, a máquina do golpe militar.

No entanto, a união do centro com a direita duraria pouco. Assestou-lhe um golpe frontal o Governador Leonel Brizola, que, representando, naquele momento, os setores mais decididos da burguesia nacional, bem como as forças populares do País, caracterizou os grupos golpistas como ligados aos interesses imperialistas. E, empunhando a bandeira da legalidade, ameaçou recorrer inclusive à luta armada para garantir a continui-

dade do processo democrático. A atitude do Governador gaúcho, que já contava com o apoio de consideráveis áreas das Forças Armadas e da esmagadora maioria do povo, contribuiu decisivamente para que se invertessem inteiramente os dados do problema. Fêz com que as correntes do centro rompessem seu silêncio comprometedor e, esvaziando num passe de mágica, a posição direitista representada pela definição dos ministros militares, viessem à arena manifestar-se favoráveis à preservação da legalidade constitucional.

O importante era a manutenção da unidade das classes dominantes, pois a guerra civil poderia se formar em insurreição popular. Verificou-se, então, o seguinte: tôdas as forças centristas, depois de apoiar, no primeiro momento, a tese direitista do govêrno de compromisso, iniciavam uma ação rápida no sentido de limitar o campo de manobras do Governador Leonel Brizola, o que foi facilmente conseguido mediante a atribuição de plenos poderes ao Congresso para encontrar a solução da crise. Completava-se, nesse ponto, a manobra. Os ministros militares já agora não vetavam pura e simplesmente o nome do Sr. João Goulart. Em seguida proclamação dirigida à Nação, declaravam que o Vice-presidente só não poderia assumir o govêrno “com os amplos poderes” que a Constituição outorga ao Presidente da República”. A consequência imediata foi o entendimento havido quanto à necessidade de se estabelecer uma fórmula de compromisso, que logo seria votada pelo Congresso. Foi, então, aprovada por esmagadora maioria a Emenda Parlamentarista. Sômente os deputados que representavam, de fato, a posição das camadas do povo, sustentaram a luta contra a reforma constitucional.

Note-se como a situação se inverteu. A direita, vitoriosa em seus objetivos fundamentais, com a aceitação

da fórmula de compromisso, evoluiu momentaneamente para o centro. O regime merecia confiança. Mas o Sr. João Goulart, que havia subido ao poder sob a pressão de poderoso movimento de massas, ainda constituía objeto de suspeitas para certas camadas da reação. Isto explica o ressurgimento, depois da posse, das campanhas de direita, encabeçadas pelo MAC, contra os comunistas, contra Cuba, contra todos aquêles que, por qualquer motivo, defendiam as causas populares. Tais campanhas tinham objetivos diferentes dos que propunham na realidade. Seus autores sabiam perfeitamente que os comunistas não constituíam uma ameaça direta e iminente ao regime; tinham e têm consciência de que as nossas relações com o governo revolucionário de Cuba não representam perigo algum para as instituições.

A DIREITA ENCONTRA O CENTRO

Que desejavam, então? Simplesmente que o Presidente recém-empossado evoluísse pessoalmente para a aceitação da fórmula de compromisso, que se desvinculasse da sua condição de líder trabalhista, para se tornar o "Presidente de todos os brasileiros", segundo expressão muito usada pelas nossas classes dirigentes para caracterizar os governos que se encontram de pés e mãos atados aos interesses antinacionais. Enquanto o Sr. João Goulart não se dispusesse a pedir o sinal verde às forças ligadas ao latifúndio e à burguesia que vive atrelada aos interesses do imperialismo, deveria ser mantido sob suspeita. O Presidente inicialmente conservou-se em posição dúbia, ainda tateante. Era preciso escolher entre continuar como líder de amplas camadas do operariado ou se transformar em instrumento dócil nas mãos da reação política. E enquanto o Sr. João Goulart não se definia, tanto a extrema direita como o chamado

centro, lhe moviam uma guerra subterrânea, em sentidos diferentes mas com objetivos absolutamente idênticos. Fazendo as vészes da direita, os Lacerda e os João Mendes iniciaram barulhenta campanha contra suposta infiltração comunista na administração pública. Chegou-se, inclusive, a acusar o secretário particular do Presidente de agente soviético encastelado na cúpula governamental. E, em seguida, inventava-se uma opção falsa sob todos os aspectos: o País encontrava-se em tal situação de perigo que não tinha senão de escolher entre a república popular e a ditadura militar.

Paralelamente, as ponderadas forças centristas, por intermédio de sua imprensa, clamavam contra o hermafroditismo do governo parlamentarista, contra sua falta de autoridade ante os movimentos populares de reivindicação. À proporção que a dupla campanha se desenvolvia, o Presidente, já envolvido, cada vez procurava dar provas de que suas idéias políticas se identificavam perfeitamente com a posição ideológica do centro. Começou cortejando o alto clero reacionário, ao qual manifestava, por tôdas as formas, o seu profundo respeito pela civilização ocidental e cristã. Passava, em seguida, à defesa do direito sagrado de propriedade, encampava a tese do combate aos extremismos de "ambos" os lados e enveredava, finalmente, pelo caminho da franca benevolência para com o capital espoliador internacional, que combatiera em outros tempos. Tais manifestações foram, pouco a pouco, aplacando a fúria da reação centro-direitista.

João Goulart recebia, então, os primeiros elogios. Começava a revelar-se o homem "prudente", "equilibrado", que simbolizava o "bom senso" e a "segurança" de que tanto precisam as classes dominantes para manter intatos os seus privilégios.

Mas, para ser o estadista completo, o Sr. João Goulart necessitava provar, com atos, sua fidelidade aos princípios fundamentais da civilização ocidental e cristã. Veio, então, a articulação da greve pelo 13.º salário. O Congresso, temendo que o movimento grevista se alastrasse a ponto de pôr em perigo as instituições, há pouco abaladas pela crise, já se dispunha a ceder, não obstante a onda de protestos que certos setores da burguesia levantavam em todo o País. A grande imprensa, refletindo o pensamento desses setores, passou a exigir do Governo uma demonstração de autoridade, reprimindo a greve. O Governo, agindo rapidamente, demoveu o Congresso de sua posição vacilante e, num certo sentido, francamente eleitoreira (estava-se a menos de um ano das eleições parlamentares) e assestou fundo golpe nas reivindicações dos trabalhadores. Os sindicatos de S. Paulo tiveram suas sedes militarmente ocupadas, dezenas de operários foram presos e espartado à presidência determinara a adoção das medidas repressivas. Abria, assim, os portões do imenso centro político, para nêle se instalar como o mais completo dos governantes brasileiros.

O *Journal do Brasil*, um dos mais categorizados por vezes do centrismo democrático, sintetisa magistralmente, em nota editorial (18/4/62), todo o processo de envolvimento a que foi submetido o Presidente da República. Reconhece o jornal que o Sr. João Goulart, contrariando "observadores políticos, num repente, deixou de ser combatido por seus adversários tradicionais e teve o apoio até da quase unanimidade dos mais acirrados dos seus inimigos. Houve uma coalizão nacional, sem qualquer precedência de negociações e conchavos. Não apenas as armas foram ensarilhadas, como as próprias forças oposicionistas se integraram na administra-

ção, sem as preocupações condicionais de simples e prudente abertura de um crédito de confiança no nôvo governante". Para o *Journal do Brasil*, segundo frisa ainda a nota, a maneira com que o Sr. João Goulart conseguiu aglutinar ao seu redor as forças da reação, quer do centro, quer da direita, se reveste de "certo ineditismo histórico", frase vazia, sem outro objetivo que o de ocultar o verdadeiro sentido do processo. Pois, na verdade, João Goulart se curvou às forças do centro-direita, estas sim, aglutinadas para poderem mover-se com relativa facilidade dentro do governo de compromisso que resultou da crise de agosto de 1961. A coalizão nacional de que fala o jornal não é outra coisa senão a união dos setores mais retrógrados da sociedade brasileira com as camadas da burguesia centrista que, pressionadas pela marcha da verdadeira revolução brasileira, busca os meios que considerava mais realistas para sufocá-la.

Mas os compromissos do Sr. João Goulart com as forças da reação não se detiveram nesse ponto. Aprofundaram-se. Ainda era necessário tranquilizar o latifúndio, o que não se fez esperar muito, pois quando a Confederação Rural promoveu, no Rio de Janeiro, sua conferência nacional, o Presidente teve a oportunidade de jurar perante os representantes máximos do latifúndio que o Governo era pelo respeito ao direito de propriedade e que somente com a indenização das terras por preço "justo" se poderia pensar em reforma agrária.

Agora faltava-lhe apenas o "visto" dos grupos representativos do capital internacional. Havia programada uma viagem aos Estados Unidos. Mas antes era preciso remover alguns obstáculos internos, a fim de garantir o êxito da visita. Paralizava-se a lei de remessa de lucros no Senado. Outras providências preparatórias — encontro com o embaixador norte-americano Lincoln

Gordon, recepção na Câmara Americana de Comércio — eram adotadas para aplainar o terreno.

Depois disso, tudo foram sucessos. O Sr. João Gou-lart declarou, de formas várias, aos homens da Wall Street, que o Brasil mais que nunca estava interessado em manter um clima de absoluta confiança para os investidores estrangeiros que desejassem aplicar capitais no País “visando à obtenção de lucros lícitos”.

Num discurso pronunciado em Nova York, perante homens de negócio, chegou a afirmar: “Quero assumir a responsabilidade de dizer que o Brasil continua apresentando as melhores e mais excepcionais condições para aplicação e expansão da iniciativa privada alienígena”. E nessa mesma ocasião garantiu que a lei de remessa de lucros, então em tramitação no Congresso brasileiro, não constituiria obstáculo, nem hostilizaria as atraentes possibilidades que “em nossas áreas de atividades existem” para o capital estrangeiro.

Assim, com semelhantes demonstrações de carinho para com as forças do imperialismo, o Presidente da República vencia as derradeiras resistências que os mais endurecidos reacionários de dentro e de fora do País ainda esboçavam, e se integrava, finalmente, no esquema profundamente antinacional da “Aliança para o Progresso”, de certo com o intuito de aprender “como se faz uma revolução sem sangue”.

O CENTRO MISTIFICADOR

QUE PAPEL DESEMPENHA O CENTRO NA VIDA POLÍTICA brasileira? Por que geralmente se apresenta como a força predestinada a salvar o País? Quais os seus reais objetivos? E como se comporta em face da revolução brasileira?

Em primeiro lugar, o centro se caracteriza por um falso equilíbrio na discussão dos problemas de interesse da coletividade. Equilíbrio que visa, fundamentalmente, à manutenção dos privilégios das classes dominantes e não ao atendimento das reivindicações populares, como tentam fazer crer os seus porta-vozes. O centro, segundo afirmam os seus representantes, é imenso. Abrange os mais amplos setores da grande burguesia, principalmente aquêles ligados ao imperialismo, ao latifúndio, ao capital mercantil e financeiro, bem como às camadas privilegiadas da classe média. Quanto à burguesia nacional, a respeito da qual falaremos adiante, embora estruturalmente faça parte do centro político, suas contradições com as forças do imperialismo levam-na a assumir, em determinados momentos, posição de franca hostilidade em relação às forças do centro.

O surgimento do centro na presente etapa da vida política brasileira representa, na realidade, a tomada de consciência dos setores mais responsáveis das classes dominantes de que a revolução está em marcha. Sua

ação tem se caracterizado pela tentativa de amortecer o efeito propagador das reivindicações populares, mediante a substituição de tais reivindicações por plataformas de falso sentido reformista, cujo objetivo fundamental é dar a impressão de que as reivindicações das camadas populares são perfeitamente dispensáveis, uma vez que áreas das próprias classes dirigentes se antecipam, parternalisticamente, em colocá-las na ordem-do-dia. Pretende-se, desse modo, impingir ao povo a idéia errônea de que as forças do centro são representativas de toda a sociedade brasileira. Na realidade, porém, a mistificação e a tentativa de desvirtuamento das reivindicações autenticamente populares é que constituem a essência de sua atuação. É porque sentem que lhes falta a capacidade histórica para resolver os problemas do povo brasileiro, e que simplesmente podem dar solução aos problemas específicos dos setores das classes dominantes que as compõem, as forças do centro procuram por todos os meios se "apropriar" dos *slogans* revolucionários, os quais, pela lógica dos acontecimentos, pertencem às vanguardas das forças populares. Claro que as classes dirigentes utilizam conscientemente êsses *slogans*, com o intuito de, graças a êles, continuar tecendo o pano de fundo de sua já gasta comédia reformista.

Ninguém poderá acreditar, a não ser por ingenuidade ou má fé, que as cúpulas de partidos como o PSD, a UDN ou o PTB, estejam pensando, sêriamente, em promover reformas econômicas capazes de beneficiar as camadas do povo. E se vierem a tentar a concretização de tais reformas, agirão certamente tendo em vista dois objetivos fundamentais: enganar o povo, que assim poderá esperar mais um pouco pela solução dos seus problemas, e beneficiar grandemente, isso sim, a determinados setores das classes dirigentes. Ninguém legisla contra si próprio. Imagine-se, por exemplo, o que acon-

teceria em nosso País se fôsse pôsto em prática algum dos projetos de reforma agrária propostos pelos mais "progressistas" representantes do centrismo. O projeto do ex-ministro Armando Monteiro, por exemplo, que tóda a imprensa burguesa encheu de elogios, achando que contém os elementos essenciais destinados a corrigir os defeitos de nossa estrutura agrária. No entanto, tratando-se de projeto fabricado por um preposto do latifúndio, não poderia deixar de prever o pagamento de "justa" indenização aos donos de terra, o que redundaria numa especulação imobiliária de âmbito nacional, capaz de propiciar a venda pelos latifundiários ao govêrno, de suas piores glebas por preços compensadores.

Além disso, a quantidade de terra a ser adquirida para distribuição entre os camponeses exigiria tamanha soma de dinheiro — um trilhão e duzentos e cinqüenta bilhões de cruzeiros, segundo os cálculos mais otimistas, montante equivalente à receita orçamentária do Brasil durante três anos — que nem sequer vale a pena entrar na discussão detalhada do assunto.

Semelhante "reforma" poderia beneficiar muito pouco e por curto espaço de tempo a reduziíssimo número de agricultores sem terra, enquanto proporcionaria, por outro lado, ganhos fabulosos aos latifundiários, que, ao invés de se enfraquecerem, tornariam mais sólida a sua posição no campo.

REFORMISMO SUBDESENVOLVIDO

A história das reformas agrárias realizadas pelas classes dirigentes nos países subdesenvolvidos demonstra que os latifundiários sempre conseguem, com êlas, enormes vantagens, em detrimento das massas fundamentais do campesinato, que têm de se contentar inva-

riavelmente com a exploração de restos de glebas ruins, nunca se libertando, de fato, da miséria imposta pelo cultivo da propriedade minifundiária.

Tomemos o exemplo da reforma agrária mexicana. Iniciada em 1915, isto é, há 48 anos, não fez mais que criar uma classe relativamente numerosa de pequenos proprietários extremamente miseráveis. Apesar de ter transcorrido todo esse tempo, o último recenseamento realizado naquele país assinala que menos de meio por cento (0,35%, exatamente) dos proprietários rurais possuíam mais de metade (66,23%) da área total dos estabelecimentos agrícolas; enquanto isso, 76,16 por cento do número global de proprietários ocupava apenas um e meio por cento (1,42%) das terras cultiváveis. Tais cifras são tanto mais gritantes quando se sabe que a reforma agrária mexicana foi iniciada sob a pressão do movimento revolucionário popular que sacudiu o país, a partir de 1911. Que lição devemos, pois, tirar do exemplo mexicano? Apenas uma: a burguesia desse país, iludindo as forças do povo, arrebatou-lhes a bandeira da verdadeira revolução agrária e conseguiu impingir-lhe uma política reformista, com o objetivo exclusivo de preservar seus privilégios de classe.

Fracasso semelhante ocorre, atualmente, com a reforma agrária boliviana, iniciada em 1953. Não apenas o latifúndio aumentou o poder nas zonas rurais, como a praga do minifúndio brotou, incontrolável, nas regiões de maior concentração demográfica, contribuindo para agravar ainda mais as condições de vida do povo boliviano. Isto confirma o ponto-de-vista revolucionário de que, quando a reforma agrária num país subdesenvolvido é realizada por iniciativa direta das classes dirigentes, *ainda que sob a pressão das massas fundamentais do campesinato*, redonda sempre em agravamento das condições de vida destas, em maior escravização do

homem do campo, e no conseqüente aumento do poder do latifúndio.

No momento, porém, em que a reforma agrária se transforma em instrumento nas mãos do povo, quando as massas assumem, de fato, a direção do processo de transformação do estatuto da terra, torna-se assunto maldito, atraindo contra si a fúria de todos aqueles grupos das classes dominantes que antes se mostravam favoráveis a uma "reforma agrária".

Não foi outra coisa o que aconteceu com a reforma agrária guatemalteca do Presidente Jacob Arbenz. Assumindo o poder na crista de um movimento revolucionário, de que participavam tôdas as camadas do povo explorado, especialmente o campesinato, Arbenz teve forças e apoio suficientes para enfrentar o problema da miséria que há séculos esmagava o seu povo. Por que, então, a política de Arbenz levantou tão poderosa oposição a ponto de seu governo ter sido impiedosamente derrubado por uma ação militar financiada e dirigida pelo Departamento de Estado norte-americano, com pleno assentimento da reação guatemalteca? Por que? É simples. Arbenz desapropriou, em pouco mais de um ano, a maior parte dos latifúndios do país, distribuindo as terras a cerca de 100.000 famílias.

Ainda hoje perdura na memória dos povos da América Latina a famosa questão surgida entre o governo revolucionário da Guatemala e a companhia norte-americana "United Fruit", proprietária das terras mais férteis do país. Arbenz expediu decreto desapropriando 160 mil hectares de terras devolutas da poderosa empresa. Esta alegava não poder prescindir da área em questão, pois se tratava de reservas de bananeiras, destinada à rotação de culturas. O governo revolucionário fez ouvidos de mercador aos argumentos da companhia e ainda provou, de maneira irrefragável,

que somente as reservas de terras da "United Fruit", situadas em determinada região do país, possuíam área cêrca de 25 vezes superior às realmente ocupadas com os bananais. Não havia, portanto, argumento; só mesmo a intervenção armada.

Esses fatos demonstram claramente que nenhuma reforma capaz de beneficiar o povo, pode ser efetuada pelas classes dominantes. Estas não têm condições para isso. Sempre que se põem a pregar idéias reformistas, o fazem com o propósito de esvaziar as reivindicações populares. É uma tentativa de substituição do processo revolucionário — que é o caminho natural das massas — pelo atalho da contra-revolução.

As classes dirigentes, em virtude de sua impossibilidade de proclamar a verdade histórica, procuram distorcer o sentido dos acontecimentos, a fim de servir a seus objetivos. É a inteligência de classe se manifestando, no momento julgado necessário, para a salvaguarda dos privilégios sob ameaça.

A FALSA POSIÇÃO DO CENTRO

As forças do centro político brasileiro não se apresentam coesas. Sua composição, como parte expressiva da classe dominante, é diversificada, e variáveis são suas tácticas na luta contra-revolucionária. Há, como já se demonstrou, um setor desse mesmo centro que, por questão de conveniência, as correntes que se intitulam centristas denominam de direita, na esperança de que as camadas populares, pouco a pouco, se familiarizem com a falsa idéia de que existe divergência ideológica entre aquêle centro e essa direita. O objetivo é simplesmente confundir. Essa estratégia tem sido, aliás, relativamente bem sucedida, pois até certas áreas da esquerda eventualmente se deixam envolver na manobra, aceitando

como fato integrante da vida política nacional a existência da direita dos Carlos Lacerda, Juracy Magalhães e Mendes de Moraes, perfeita e acabada, com suas posições socialmente definidas em termos de extremismo retrógrado, fascistoide, ao lado do centro dos Magalhães Pinto, Juscelino Kubitschek e João Goulart, flexível, aberto ao diálogo com as massas, sempre tendente a defender as chamadas "reformas de base".

Na verdade, porém, a direita não passa de mero setor do centro. Compõem-na as próprias forças centristas em pânico ante o crescente avanço político das correntes populares. É, pois, precisamente esse mêdo pânico, êsse horror às camadas do povo, que obriga as forças de direita a manifestar brutalmente sua filosofia política, que é, também, ponto por ponto, a filosofia política do centro, mas que êste teme revelar claramente a fim de não perder o resto de ascendência que ainda conserva sôbre vastas áreas dos trabalhadores. Sua táctica consiste, pois, em iludir, em enganar as massas; porisso há anos vem prometendo resolver os problemas do povo. Acontece que as reivindicações populares já comecem, de certo modo, a se transformar em clamor nacional, e as soluções nunca chegam. A táctica do centro fraqueja a cada instante em meio à maré crescente das pressões populares. O rosário de promessas tende a se despedaçar sem que nenhuma delas possa ser cumprida dentro dos quadros do atual regime. A situação se agrava e então, precisamente neste ponto, entra em cena a direita, com suas ameaças de acabar com a anarquia, restabelecer a ordem, etc. Nesse momento o centrista desce ao povo para dizer que os fascistas, isto é, os extremistas de direita, querem liquidar as liberdades democráticas, implantar a ditadura. E correm a pedir o apoio do povo para salvar o regime. Atente-se, porém, que isto só ocorre quando a ditadura em tal mo-

mento, não interessa às classes dirigentes, porque quando interessa, ela é implantada, igualmente para "salvar" o regime.

Nos dias atuais, as direitas no Brasil agem como se fôsse uma polícia a vigiar severamente a conduta demagógica do centro. Essa aparente divisão das classes dirigentes cria, na verdade, uma situação bastante vantajosa para o prolongamento do regime de exploração do povo. Pois é devido à posição intransigente da direita que eventualmente se tornam simpáticas as atitudes "compreensivas" do centro, tudo isso resultando num jôgo cujo motivo e fim é a contra-revolução. Vê-se por aí que essas duas frações do centro concordam ou divergem conforme seja maior ou menor a ameaça a seus privilégios de classe.

O SACRIFÍCIO DE VARGAS E A CONDUTA DAS FÔRÇAS CENTRISTAS

Todos devem recordar o drama que o Brasil viveu, quando dos acontecimentos que levaram Vargas ao suicídio. Líder trabalhista, Getúlio governava com o apoio da burguesia nacional e de poderosas correntes do centro, representadas principalmente pelas fôrças do PSD no Congresso. Obrigado pelo momento histórico a lutar contra as fôrças do imperialismo, confiando exclusivamente na burguesia nacional, Vargas, político idealista, não teve, e nem poderia ter, condições subjetivas para compreender que, naquela oportunidade se encontrava talvez a mais importante batalha contra o capital colonizador e seus suportes internos.

A burguesia nacional do setor industrial, que se fortalecerá bastante durante a II Guerra Mundial, parecia disposta a ir com o Presidente até o fim, embora no quinquênio anterior — o do governo do Marechal Du-

tra — o imperialismo já houvesse aberto enorme brecha no sistema defensivo da economia nacional. Contudo, de volta ao poder e consagrado popularmente, Vargas tentava recompor a situação anterior. Inicialmente, contentava-se a reagir engulindo a lei que criava a Petrobrás. Preparava-se para a luta pela aprovação da Eletrobrás, que seria nôvo e frontal golpe desferido contra os interesses do imperialismo, quando as inquietações da direita começaram a se manifestar abertamente na imprensa e no Parlamento. Mas o combate se feria em dois planos inteiramente diversos. Enquanto Vargas tentava realizar uma política que atendesse realmente aos interesses nacionais (do ponto-de-vista burguês), a reação, ao invés de combater a forma pela qual o governo procurava resolver determinados problemas, investia contra a pessoa do Presidente e de seus auxiliares. Denunciava-se a corrupção administrativa, mas, no fundo, o que se desejava era a paralização, no Congresso, da lei que instituiu o monopólio estatal da produção e distribuição de eletricidade, ao mesmo tempo que se pretendia destruir o homem que, sendo também um líder trabalhista, representava e refletia, até certo ponto, os anseios das massas oprimidas.

Na luta contra Getúlio, a direita, com Carlos Lacerda à frente, tomou a iniciativa, contando, como sempre contou nos momentos decisivos, com a omissão deliberada das chamadas fôrças do centro. A campanha de desmoralização do Presidente crescia dentro e fora do Congresso, na imprensa, nas associações de homens de negócio, e já começava a ganhar os quartéis. Então, o que antes se afigurava como simples omissão do centro, agora se transformava em oposição disfarçada. Sentindo-se, assim, encorajada, a direita empurrava cada vez mais o País rumo à crise político-militar. Pedia-se abertamente a cabeça de Vargas.

O que se viu, então? Simplesmente as forças centristas perderem a alardeada prudência e unirem-se à sua irmã gêmea, a direita, para também exigirem o sacrifício do Presidente. A República estava podre, era preciso "salvá-la".

No momento decisivo, os setores da burguesia nacional que apoiavam a política de Vargas, não tiveram forças suficientes para resistir ao assalto, sofrendo, assim, um dos mais sérios reveses na luta contra o imperialismo. Somente as massas, em movimento desordenado, saíram às ruas, para chorar a perda do seu líder decaído.

REFORMAS DE BASE: CAMPO DE MANOBRAS DO CENTRO

O funcionamento do mecanismo não tem, como se percebe, segredo algum. A direita está permanentemente na posição de rígida vigilância em relação a toda a burguesia. O centro, por sua vez, não tendo meios para impedir o avanço político das forças populares, usa sua poderosa máquina de propaganda a fim de proclamar que é favorável às reformas de estrutura em benefício do povo, mas que forças sociais retrógradas (a direita) procuram impedir a qualquer preço realizá-las. Eis a perpétua mistificação do centrismo. Apresenta-se aos olhos do povo como força social também reivindicante, ao lado das massas trabalhadoras, cujos sofrimentos finge encampar, como se delas fosse o natural mandatário.

Com semelhantes manobras vai caminhando sobre a corda bamba, a fim de evitar que as tensões sociais estiquem a corda em demasia, a ponto de romper-se. E mais: o centro mistura, com extrema facilidade — pois dispõe de todos os meios de propaganda — as reivindicações populares, como a reforma agrária radical e a limitação de remessa de lucros para o exterior, com

medidas que só interessam, essencialmente, a certas camadas da burguesia: reformas bancária, tributária, administrativa, educacional, etc. Tal confusão é puramente intencional. Como as mais amplas camadas do povo anseiam por mudanças capazes de melhorar realmente suas condições de vida, a burguesia interessada, aproveitando essa aspiração coletiva de sentido revolucionário, mobiliza a máquina de propaganda para convencer as massas de que somente com a reforma agrária não se resolvem os problemas do povo, de que há outras reformas igualmente importantes, como a tributária, a bancária, a administrativa, sem as quais melhor seria nada reformar.

Ora, como não se discute que a reforma agrária capaz de beneficiar realmente o povo brasileiro, em geral, e de elevar os níveis de vida das massas fundamentais do campesinato, em particular, só poderá ser efetuada diretamente pelas forças do povo instaladas no poder, é claro que qualquer modificação dos estatutos da terra realizada por iniciativa das classes dominantes visará, antes de tudo, a favorecer a estas últimas, em detrimento, portanto, dos interesses populares. Ainda mais quando se sabe que as outras reformas — as *de cima* (tributária, educacional, administrativa, bancária, etc.) — só terão significado para o povo trabalhador, se forem realizadas em consequência da reforma básica — a *de baixo*, a agrária radical, que revolucione a forma de propriedade da terra, através da liquidação do latifúndio e do minifúndio, da entrega dos produtos da terra aos que nela trabalharem, da assistência técnica, financeira e social aos camponeses, e do estabelecimento, em suma, do equilíbrio econômico na vida das comunidades rurais.

De outro modo, que sentido poderá ter para a esmagadora maioria do povo brasileiro uma reforma

administrativa? Nenhum. Trata-se de medida que pode conter até mesmo aspectos negativos, pois, nas atuais condições, uma reforma da administração pública servindo para desemperrar a máquina do Estado, aperfeiçoará, certamente, o instrumento por excelência de opressão das massas.

E a reforma educacional? Como poderá ela interessar ao povo brasileiro que, em sua imensa maioria ostenta a chaga do analfabetismo, principalmente sabendo-se de antemão que não ultrapassará os limites de uma modificação técnico-qualitativa do nosso sistema educacional, permanecendo inalterado seu conteúdo de classe? Seria utilizada até certo ponto como instrumento de reforço do poder de dominação das elites e não como meio de dar às amplas massas do povo o acesso às fontes do saber.

Quanto à reforma bancária, não há, naturalmente, porque o povo com ela se preocupe. Ainda mais que as outras, não o beneficiará. Ao contrário, será uma reforma contra os interesses do povo. Pois tem como objetivo primordial adaptar o sistema de crédito às novas condições de dominação do latifúndio e dos setores da burguesia industrial ligados ao imperialismo internacional. Não adianta, por exemplo, criar um Banco de Crédito Rural, sem que anteriormente se democratize a propriedade territorial agrária, isto é, se promova a reforma agrária radical. Pois de outro modo, tal Estabelecimento de Crédito não passará de instrumento nas mãos dos latifundiários para aumentar a opressão dos camponeses. O segundo objetivo da reforma bancária — a decantada criação do Banco de Exportação — é medida essencialmente favorável ao imperialismo, o qual, em face da necessidade de exportar produtos manufaturados que o mercado nacional já não tem mais capacidade para absorver, procura solucionar o proble-

ma, utilizando o dinheiro do povo no financiamento da venda ao exterior de mercadorias produzidas pelas indústrias sob contróle estrangeiro, e que o baixo poder aquisitivo das mesmas impede que sejam consumidas dentro de nossas fronteiras. Eis o sentido real da reforma bancária, que as forças centristas querem fazer passar como sendo “reforma de base”, indispensável ao desenvolvimento do País.

Que dizer, finalmente, da lei de limitação das rendas de lucros para o estrangeiro? Trata-se, realmente, de medida de caráter progressista em favor da qual tanto as forças populares como amplos ramos da burguesia nacional há anos vêm se batendo. O assunto, embora já estudado e debatido de modo amplo, dentro e fora do Congresso, nunca teve encaminhamento positivo em razão da sabotagem sistemática a que tem sido submetido. Recentemente, porém, a Câmara dos Deputados, numa de suas arrancadas demagógicas, tão características dos anos eleitorais, aprovou, ante a surpresa geral, o substitutivo Celso Brant, projeto que, de fato, corresponde às exigências do desenvolvimento independente do País. Mas vejamos o que realmente aconteceu com esse projeto. As chamadas forças do centro, por intermédio de seus porta-vozes na imprensa e nas entidades das classes produtoras, reconheciam, antes que a matéria fosse aprovada pela Câmara, a necessidade da regulamentação da transferência de lucros. Insistiu-se no assunto. Chegou-se inclusive a culpar o Congresso de descuidar do andamento do projeto. Entrando num ano eleitoral sem ter realizado nada que o recomendasse às massas votantes e depois de haver sido submetida a uma campanha de esvaziamento durante o governo Jânio Quadros, a Câmara foi levada a aprovar, como que de estalo, e por grande maioria (o que já dava para levantar suspeitas) um projeto que vinha ao encontro

dos legítimos interesses da burguesia nacional e, até certo ponto, das aspirações do povo. É claro que as forças progressistas, dentro da Câmara, desempenharam importante papel no trabalho de esclarecimento de certas áreas parlamentares. O fato, no entanto, explica-se, em grande parte, como manobra eleitoral, que não deixou de surtir o efeito de uma bomba.

A imprensa direita, que já anteriormente combatia a adoção de qualquer medida restritiva das remessas de lucros, investiu furiosa contra o projeto. Mas não foi menos violenta (e aqui é que está o negócio) a reação dos setores centristas que, através de sua imprensa e de suas associações de classes, afirmavam que se o substitutivo não fosse arquivado, o Congresso não teria feito outra coisa senão decretar a falência do País. Sobreviriam o caos, a anarquia e o desemprego em massa, porque de Wall Street não viria mais um dólar para manter o nível de ocupação no setor industrial. Procurou-se, então, convencer a opinião pública de que se desejava, naturalmente, uma lei sobre remessa de lucros, mas uma lei "justa" que permitisse razoável remuneração do capital estrangeiro. Queriam as correntes centristas uma lei que simulasse apenas a regulamentação das remessas para o exterior. Não pretendiam outra coisa senão uma legislação que continuasse permitindo a espoliação do povo pelos trustes internacionais, mas queriam que tal espoliação passasse a ser efetuada de modo velado e devidamente encoberta por uma lei "razoável".

Em suma, as correntes centristas, que antes "se batiam" pela regulamentação das remessas de lucros (que somente na aparência regulamentasse a matéria em função dos interesses nacionais), viram-se de repente obrigadas a combater duramente o substitutivo Celso Brant (precisamente porque éste disciplinava a remessa, de

modo a atender aos interesses do País e, principalmente, aos da burguesia nacional. É que desejavam outra lei. Ou melhor: não queriam lei alguma que coibisse, de fato, os abusos do capital espoliador. Tais fatos comprovam que centro e direita no Brasil não passam de duas faces de uma mesma moeda.

QUANDO AS FÓRCAS CENTRISTAS SE REVELAM

Se, por um lado, é verdade que no interior do centro está a direita, a qual dête diverge sômente por motivos táticos, por outro lado é certo que o centro possui também uma ponta de lança avançada, que tende sempre para a "esquerda", igualmente por motivos táticos. De vez em quando, vê-se líderes centristas desviarem-se eventualmente para a "esquerda" e a acusar o centro de estar iludindo o povo, com a pregação de reformas que não são nunca feitas.

Em entrevista concedida há algum tempo ao *Jornal do Brasil*, o Deputado paraibano José Joffily não só denuncia (por motivos táticos, evidentemente) tôda a série de expedientes empregados por aquelas correntes para enganar as massas, como oferece o exemplo (o pessoal) de que existem setores do centro que se "esquerdizam", em determinados momentos, não com o objetivo de acelerar o processo revolucionário, mas com o intuito de sofrê-lo. Diz o Deputado, em certo trecho de suas declarações, referindo-se ao problema dos partidos do Brasil: "... Os representantes partidários já não podem se alimentar eleitoralmente apenas do binômio clientelismo-latifúndio. São compelidos a falar em reformas de base e fingir que as apoiam quando, em passado recente, sua simples discussão era considerada inadmissível pelas mais provecctas figuras do País."

Perfeta a caracterização do processo evolutivo a que foram submetidos, nos últimos anos, determinadas áreas das nossas classes dominantes. Antes de 1955, nunca se preocuparam em “reformar” o País. Os problemas eram, em linhas gerais, os mesmos, mas as próprias massas admitiam outros meios de resolvê-los.

Logo após a redemocratização do País, o tema preferido era a “união nacional”, o que, aliás, foi consagrado no governo Dutra. Mas o povo aprendeu muito durante os cinco anos dessa desastrosa administração. Não obstante a instauração de um regime de duras restrições às liberdades democráticas, as massas souberam repudiar a chamada “união nacional”, trazendo Vargas de volta ao poder. Envolvido, porém, pela burguesia pró-imperialista encrustada em seu governo, Getúlio acabou inteiramente afastado das massas que o haviam apoiado.

Depois da extraordinária lição de Vargas ao povo, veio o governo, breve e reacionário, de Café Filho, que as massas também souberam repudiar. Surgiu, a seguir, a tese do “desenvolvimentismo a qualquer preço” que elevou Juscelino Kubitschek ao poder. Os defensores de sua candidatura propunham um “grande salto” para a frente. E havia, não resta dúvida, condições para as massas populares confiarem nessa pregação, isto porque se dizia que somente o “desenvolvimentismo” econômico seria capaz de melhorar as condições de vida das classes pobres. O Sr. Kubitschek governou cinco anos, durante os quais se escancarou as portas do País à penetração do capital colonizador.

Acontece que não houve desenvolvimentismo, mas simples crescimento econômico sob o comando de empresas sediadas no estrangeiro. Os pobres continuaram pobres quanto antes e os ricos se tornaram mais ricos. Mais uma vez enganava-se o povo. No entanto,

éste teve oportunidade de perceber com maior clareza o sentido da democracia que lhe vem sendo imposta pela burguesia. O resultado disso foi que o Sr. Kubitschek, ainda no governo, assistiu a uma maciça desaprovção do seu “desenvolvimentismo”, expressa na vitória eleitoral de Jânio Quadros, que naquelas circunstâncias, encarnou, sem dúvida, as tendências revolucionárias das massas. Pela primeira vez tentava-se realizar a revolução pelo voto. Era a prova de que o povo havia, pelo menos, incorporado ao conjunto de suas reivindicações a idéia da revolução, ainda que pelo precário processo eleitoral. Se esta revolução seria realizada ou não, era outro problema. A verdade é que os dados estavam lançados, e as classes dirigentes que encontrassem a solução, pois do contrário, a revolução poderia vir mesmo sozinho, isto é, sem os votos.

Esse o caminho percorrido, desde então, tanto pelas camadas populares como pelas classes dominantes, e que foi tão fielmente descrito pelo Deputado José Joffily, que conclui o seu pensamento com as seguintes palavras: “Já hoje um imperativo tático torna obrigatória a necessidade dessas revisões, embora, é claro, elas sejam formuladas em termos de execução a longo prazo. Enquanto nós (note-se o “esquerdismo” do entrevistado) queremos tais reformas para a presente geração, os demais (isto é, o centro, do qual o Sr. Joffily é representante) procuram retardá-las para os nossos netos, pregando a prudência, a moderação, a ausência de emoções e outros artificios”.

O parlamentar teve o cuidado de denunciar que as velhas correntes pregam as reformas de base forçadas por imperativos táticos, o que é verdadeiro. Afirma que não desejam outra coisa senão retardar as reformas. Quanto a isso, também não há dúvidas. Mas esqueceu-se de reconhecer que quando êle, José Joffily, diz de-

fender a realização de tais reformas para a presente geração, também o faz por imperativos táticos (1). Denunciando o reformismo a longo prazo e substituindo-o por outro reformismo a prazo médio, procura aquêle parlamentar situar-se em posição mais aproximada das aspirações revolucionárias do povo. Ao mesmo tempo, porém, essa posição revela que o reformismo centrista perde rapidamente a capacidade de arrefecer a luta das massas por melhores condições de vida. Acontece, todavia, que o reformismo "esquerdizante" proposto pelo Sr. José Joffily, em termos de médio ou curto prazo, não pode ser incorporado ao ideário político do centro. Seria provocar agitação inconveniente, capaz de esticar a corda a tal ponto de tensão que se tornaria inevitável a ruptura. Essa é a razão histórica que impede o avanço do centro para uma posição mais ousada no campo da pregação política.

Nas condições em que se encontram as forças do centro não há mais possibilidades de progresso quanto à paralização do avanço político das massas populares por meio de pregações reformistas. Seu campo de manobras se estreita cada vez mais. E sua tendência, na presente etapa, é para o recuo, para a adoção de posições mais francas, o que ocorrerá na medida em que as forças do povo acelerarem a marcha para a tomada revolucionária do poder.

(1) Advirta-se, entretanto, que o Deputado José Joffily vem assumindo nos últimos tempos a defesa de causas populares — o que, todavia, não invalida o essencial da tese aqui exposta.

QUEM É ESQUERDA NO BRASIL

JÁ SE DEMONSTROU COMO AGEM AS FÔRÇAS POLÍTICAS do centro e da direita em face da revolução brasileira. Viu-se que representam simples aspectos de uma mesma faixa de interesses das classes dirigentes. Daí tornarse, agora, compreensível que suas aparentes divergências não passam de manobras táticas destinadas a dar maior efetividade à guerra política que movem contra as fôrças populares. Pode-se afirmar que tais manobras constituem, na verdade, o elemento mais importante da *dialética interna* das classes dirigentes, em luta doméstica para encontrar o meio mais fácil de manter as vanguardas do povo afastadas do centro das decisões políticas.

Mas, em compensação, observa-se crescente atividade das massas populares no sentido da destruição do processo espoliativo e instituição de nova estrutura econômica e social. Essas aspirações se refletem imediatamente, no plano político, no surgimento das vanguardas populares revolucionárias conscientes, e que representam, em conjunto, as chamadas fôrças de esquerda.

Compreendendo o operariado das cidades, o proletariado rural, camponeses pobres, setores da classe média e da burguesia nacional, agrária e industrial, as esquerdas brasileiras travam, na presente etapa, luta de vida ou morte em favor do desenvolvimento inde-

pendente e democrático do País. Em conjunto, essas forças procuram destruir os dois principais inimigos do povo brasileiro: o imperialismo internacional e o latifúndio. A luta se desenvolve em diferentes planos e ganha consistência na medida em que corresponde aos interesses dos grupos sociais acima referidos.

No seio do operariado urbano, por exemplo, além da luta específica em favor da elevação das condições de vida da classe, há crescente oposição à espolição imperialista e ao caráter retrógrado do latifúndio, imperante no meio rural. Ainda que relativamente pequeno em número — conta com um efetivo de aproximadamente dois e meio milhões — o operariado constituiu a espinha dorsal do processo revolucionário brasileiro. A ele cabe, sem dúvida, a liderança do movimento de transformação social em marcha, não só porque enfrenta condições de vida cada vez mais difíceis, como pelo fato de não alimentar qualquer esperança de vir a se libertar, dentro do atual regime, da exploração a que é submetido. Sua luta é contra toda a burguesia industrial, sem excluir a burguesia nacional. Mas, uma vez que a relativa dependência desta última ao imperialismo provoca crescente agravamento das condições de vida, o operariado vem lutando, no campo político, principalmente, contra o capital estrangeiro.

Quanto ao proletariado rural, é constituído dos assalariados do campo. Esta classe enfrenta condições de existência sub-humanas, sem contar sequer com uma legislação que lhe ofereça o mínimo amparo. Com a crescente penetração das relações capitalistas no campo, os assalariados agrícolas têm aumentado de importância no Brasil. Sua luta é de natureza idêntica à do operariado urbano. Do ponto-de-vista político é a classe mais avançada do setor rural brasileiro, embora seja a

mais desorganizada, em consequência do nível de vida extremamente miserável.

O grupo dos camponeses pobres inclui: pequenos proprietários rurais, foreiros (aqueles que pagam aluguel fixo pelo uso da terra), parceiros (estes também alugam a terra, mas só recebem uma parte do produto de seu trabalho) e os empreiteiros, que recebem seu pagamento pelas tarefas realizadas. No fundo, os camponeses pobres, dentro do sistema semicapitalista que predomina no meio rural, não passam de assalariados disfarçados, uma vez que todos recebem, direta ou indiretamente, remuneração pelo seu trabalho. Quando não são remunerados em dinheiro, o são em produtos ou ainda em forma de créditos e adiantamentos. Mesmo o pequeno proprietário é um assalariado de tipo especial, pois os intermediários funcionam em relação a ele como verdadeiros patrões, apropriando-se de grande parte de sua força de trabalho. Os camponeses pobres, no Brasil, representam uma força revolucionária tão importante quanto a dos assalariados agrícolas propriamente ditos, com a vantagem de contar com poderosa capacidade de organização, dada sua superioridade econômica. Veja-se o exemplo das Ligas Camponesas. Sua luta é contra o latifúndio, que constitui barreira insuperável às aspirações dos trabalhadores pela posse da terra.

O quarto grupo corresponde a setores da classe média, que abrangem pequenos comerciantes e empresários industriais, camponeses médios, intelectuais pobres, comerciantes e pequenos funcionários públicos. Os setores dessas classes que tendem a se incorporar ao processo revolucionário o fazem em razão da crescente deterioração dos seus níveis de vida, fenômeno que atinge camadas cada vez mais amplas da pequena burguesia, transformando-as, pouco a pouco, num semi-

proletariado. Sua desgraça, como classe, resulta do fato de não disporem de poder efetivo de barganha por meio do qual possam fazer valer suas reivindicações. Por isso, vivem em constante desespero frente ao crescente aumento do custo-de-vida. Embora suas aspirações sejam fundamentalmente de caráter burguês e dirija sua luta, essencialmente, contra o processo de semi-proletarização a que se vê submetida pelas classes dominantes, a pequena burguesia, por suas áreas mais progressistas, coloca-se ao lado da revolução. É facilmente envolvida pela propaganda antilatifundiária e antiimperialista, mas, de modo geral, costuma lançar sobre as classes dirigentes, como um todo, a culpa por suas tremendas dificuldades econômicas.

Temos, finalmente, a burguesia nacional, cuja posição e comportamento, nas atuais circunstâncias, são extraordinariamente complicados. Na presente etapa do desenvolvimento brasileiro, em que o capital colonizador internacional penetra em todos os ramos da economia do País, a burguesia nacional com êle disputa a primazia no campo das relações de produção tipicamente capitalistas, mormente no plano industrial. Esse importante setor das nossas classes dominantes aspira, fundamentalmente, a destruição do imperialismo, para em seguida implantar no País um regime no qual somente ela, burguesia nacional, possa explorar o povo trabalhador. Deseja fazer valer, com exclusividade, os seus privilégios, e a luta que mantém contra o imperialismo tem por objetivo único o estabelecimento dessa situação.

Mas a burguesia nacional brasileira, em consequência da crescente penetração imperialista em nossa economia industrial principalmente, torna-se cada vez mais débil, não podendo, assim, pelas próprias forças, se libertar dessa dependência. Como classe, não tem

meios para desatar os nós que a amarram ao capital colonizador. Em muitos casos, setores da burguesia nacional, para conseguirem sobreviver e perpetuar sua participação no processo de espoliação das massas, são compelidos a se associar ao imperialismo, a fim de não serem eliminados por efeito da concorrência no mercado interno.

Analisando-se, por outro lado, a situação internacional, e sabendo-se que o Brasil situa-se no campo capitalista, onde os países capitalistas subdesenvolvidos são vítimas da espoliação das nações capitalistas avançadas, vê-se como é particularmente dramática a condição da nossa burguesia nacional. Acalenta, de um lado, o ideal da "revolução branca", pela qual se afirma como única classe dominante. Mas, de outro lado, teme que a fricção antiimperialista levada a extremos conduza à revolução popular, que certamente decretará o seu desaparecimento como classe exploradora. Por isso hesita e freqüentemente cai em contradições. Sua posição antiimperialista, porém, permanece, ora se manifestando ostensivamente, ora atuando com certa discreção. Eis porque a burguesia nacional, por seus elementos mais progressistas, chega a ver com simpatia e até a estimular, em determinadas circunstâncias, o movimento revolucionário brasileiro, no aspecto antiimperialista.

AS ESQUERDAS DO BRASIL E A CONTRA-REVOLUÇÃO MUNDIAL

As esquerdas brasileiras, com exceção, naturalmente, dos componentes avançados da burguesia nacional, desejam, acima de tudo, liquidar o sistema de exploração imperante na sociedade. Pretendem, igualmente, eliminar a miséria que esmaga a maior parte da

população do País e deter o crescente aumento do custo de vida. Representando a imensa maioria do povo brasileiro e sendo, no presente momento, as forças diretamente responsáveis pelo progresso social, pois dispõem da quase totalidade da força de trabalho produtora da riqueza, as esquerdas estão do lado da verdade histórica. Porisso marcham para o poder.

As classes dominantes podem, quando muito, adiar a ascensão das forças populares, mas evitá-la é historicamente impossível. Podem esmagar, a ferro e fogo, movimentos democráticos, sufocando os anseios de libertação das massas oprimidas, com assassinatos e prisões de operários, estudantes, camponeses e intelectuais, como tem acontecido em países como Portugal, Espanha, Argentina, Paraguai, etc. Conseguem envenenar, por algum tempo, a opinião do povo trabalhador em nome de uma falsa cruzada em defesa dos valores cristãos, corromper as lideranças operárias e procrever como traidores a todos os que sejam favoráveis à democracia para o povo, como sucede na totalidade dos países do mundo capitalista. É provável, finalmente, que iludam, durante certo tempo, as massas com promessas de reformas sociais, a fim de reduzir a crescente pressão que aquelas exercem sobre o sistema social vigente, como ocorre nas nações subdesenvolvidas da África, Ásia e América Latina. Tudo isso se acha enquadrado dentro da estratégia geral das classes dominantes brasileiras, que, assim, cuidam de prolongar a sua dominação, o que, todavia, significa remar contra a correnteza, pois nada impedirá que o povo trabalhador assuma, efetivamente, o comando da história.

Tais métodos de luta contra os povos, levados a efeito pelas classes dirigentes, formam como que a espinha dorsal da contra-revolução instituída em escala mundial, tendo como ponto de apoio fundamental o

imenso arcabouço do sistema de forças do imperialismo internacional.

Para que se compreenda nitidamente o mecanismo da contra-revolução brasileira, faz-se necessário averiguar, antes, qual o seu grau de entrelaçamento com o sistema contra-revolucionário mundial.

O mundo atual encontra-se cindido em dois campos opostos: o dos países capitalistas e o das nações socialistas. O primeiro desses blocos — o capitalista — divide-se, por sua vez, em dois grupos, sendo um deles formado pelos países capitalistas desenvolvidos que, em razão do progresso, tanto no setor industrial como no agrícola, procuram ampliar as fronteiras econômicas a fim de evitar a bancarrota, uma vez que seus mercados internos não conseguem absorver a grande quantidade de dinheiro acumulado pelos capitalistas nem o enorme volume de mercadorias produzidas pelas indústrias. Esses países se desenvolveram extraordinariamente e chegaram a um ponto em que não podem parar de crescer, sob pena de sobrevir-lhes a estagnação econômica, o desemprego em massa, a miséria, a fome, enfim o perigo de revolução social. Porisso, suas classes dominantes não têm outro remédio senão lançar-se para fora das fronteiras nacionais, em busca de novas fontes de lucros.

Mas, onde podem encontrá-los mais facilmente? Não será certamente, em outros países capitalistas desenvolvidos, pois estes também estão em vias de saturação e, além disso, se acham em igualdade de condições no plano das disputas de mercados. Com menos razão ainda poderão se expandir nas nações do campo socialista, pelo fato evidente de que, tendo estas uma economia socializada, não admitem investimentos privados nem tampouco qualquer tipo de comércio desvantajoso. Que países restam, pois, desamparados à

69725 421

avidez das classes dominantes das potências capitalistas? Naturalmente, os países capitalistas subdesenvolvidos, que por seu primarismo no terreno da produção industrial e pelo fato de permanecerem sujeitos ao regime de exportação de matérias-primas, constituem excelente campo para a exploração capitalista. Com a entrada do capital estrangeiro nesses países inicia-se a sucção de suas riquezas nacionais e a espoliação sistemática do trabalho do povo.

A etapa seguinte é a canalização do produto do saque para o país imperialista, cujas classes dominantes costumam empregá-lo para dopar a opinião pública de seu próprio povo, corromper as lideranças operárias, manter sua propaganda e financiar o desemprego que, a despeito de tudo, continua se agravando em escala considerável.

É aqui, pois, que desponha a cumeieira do sistema mundial da contra-revolução, penetrando, de alto a baixo, todo o bloco das nações capitalistas. As bases desse sistema repousam, como se verifica, no saque imperialista aos países subdesenvolvidos, e o produto da espoliação é aplicado, em primeiro plano, para amorteecer o processo revolucionário interno das próprias nações imperialistas. Em plano secundário, destina-se a esmagar a revolução popular nas áreas coloniais, por meio da concessão de pequenos empréstimos, cujo dinheiro se aplica, obrigatoriamente, na compra de bens produzidos por empresas imperialistas.

Nos últimos tempos, porém, o sistema da contra-revolução mundial tem submetido os métodos de ação política a uma série de transformações. Em sua nova roupagem, apresenta-se como movimento reformista ou pseudo-revolucionário, do qual o próprio imperialismo se diz porta-voz, chegando ao ponto de tentar impor suas "reformas" aos países dependentes, como condi-

ção para que recebam "ajuda" econômica. Esse movimento surgiu há algum tempo nos Estados Unidos que, alertados pelo fracasso nas tentativas de esmagamento da revolução do povo cubano, decidiram armar-se de modo ostensivo e com instrumentos cada vez mais poderosos, para sufocar os anseios de libertação das amplas camadas populares da América Latina, África e Ásia.

Curioso é que tôdas essas manobras ostentem o rótulo de "revolução". Em artigo recentemente publicado nos Estados Unidos, e reproduzido na imprensa brasileira, Chester Bowles, assessor do Presidente Kennedy para Assuntos Latino-Americanos e Afro-Asiáticos, afirma que o principal recurso ideológico com que conta o seu país no trato com as nações subdesenvolvidas, é a própria tradição revolucionária norte-americana. "A adesão dos Estados Unidos, como nação, à revolução — diz êle — não é apenas teórica: nos Estados Unidos há, por assim dizer, revolução le-gislada. No contexto do mundo atual, muitas leis e programas sócio-econômicos que os norte-americanos consideram perfeitamente naturais, são de concepção radical e de conseqüências revolucionárias". Chester Bowles oferece, em seguida, exemplos daquilo que o imperialismo chama de revolucionário: "Os dirigentes latino-americanos, africanos e asiáticos, por exemplo, consideram como doutrina profundamente radical o imposto de renda progressivo, que os norte-americanos aceitaram há cinquenta anos... Da mesma maneira, concepções como a segurança social, casas populares, a regulamentação dos serviços e transportes públicos, os contratos coletivos entre empregadores e empregados e os elevados impostos que gravam as empresas — princípios firmemente implantados na economia norte-ame-

ricana — perduram na mente de muitas pessoas de outros países como “medidas radicais”.

Veja-se qual o caráter da revolução que a doutrina mal disfarçada do imperialismo, claramente exposta por Chester Bowles, pretende implantar nos países subdesenvolvidos. O conselho do Presidente Kennedy elege como forças revolucionárias desses países as classes dirigentes, precisamente os setores da sociedade por intermédio dos quais o imperialismo exerce a dominação.

No fundo, Bowles pretende que o capital colonizador desfrute de maior margem de segurança, mediante o estabelecimento de um sistema em que, atuando mais diretamente e graças à aplicação de alguns paliativos, possa preservar tranqüilamente seus privilégios. E não é outra coisa que êle afirma em artigo publicado, há pouco, na revista costarriquenha *Combate*, referindo-se, especificamente, ao problema da terra na América Latina. “As inversões particulares dos cidadãos dos Estados Unidos nessa região — diz Bowles — ultrapassam nove bilhões de dólares. São maiores do que em qualquer outra parte do mundo e nem sempre estão protegidas por acordos estritamente legais. Ainda que somente uma parte dessas inversões tenha sido feita em negócios de terras, interesses financeiros norte-americanos estão convencidos de que serão seriamente afetados por uma lei que liquide com a grande propriedade”.

Os objetivos dessa estravagante doutrina do imperialismo “progressista” consiste, portanto, em obter maior segurança, garantias mais francas para suas atividades espoliadoras nos países subdesenvolvidos. Assim, ao elaborar programas destinados a promover o “desenvolvimento” das zonas coloniais, estão simples-

mente aprofundando os alicerces sôbre os quais repousa o sistema de exploração.

Assim foi no ano passado com a “Doutrina Eisenhower” para o Oriente Próximo. E assim está sendo agora com o programa “Aliança Para o Progresso”, do Presidente Kennedy, para a América Latina. Quanto a esta última, por sinal, o imperialismo nem sequer faz segredo de suas intenções. Em relatório apresentado êste ano ao Senado dos Estados Unidos pela Subcomissão de Consignações, diz-se claramente que a “Aliança” só poderá alcançar êxito se “fôr levada a cabo uma empreza de verdadeira associação”, isto é, uma associação em que a “iniciativa privada deve ser estimulada e ter permissão para operar sem restrições indevidas e desnecessárias”. Acentua o relatório que a “iniciativa privada, nacional e estrangeira, deve assumir um papel importante no desenvolvimento da América Latina, mas deve ser recebida com aprêzo e não com antagonismo...”

O imperialismo deseja, assim, mediante a “Aliança Para o Progresso”, tornar-se “aceitável” aos olhos dos povos dos países subdesenvolvidos. Mas como aos povos só interessam medidas de caráter revolucionário, que liquidem a miséria e o atraso, então a política do capital colonizador se “modifica”, assumindo ares reformistas. Põe em funcionamento a máquina de propaganda e de corrupção e dêsse modo julga ocultar o verdadeiro sentido do seu “reformismo”.

Quando, por exemplo, o governo dos Estados Unidos concedeu, recentemente, um crédito de 133 milhões de dólares para promover o desenvolvimento do Nordeste brasileiro, logo se constatou que se tratava de mais um empréstimo tipicamente imperialista. Senão, vejamos as condições em que foi feito: metade dessa quantia, segundo o acôrdo firmado pelos dois países, será entregue pelos Estados Unidos em “dólares ou em forma

de donativos". Muito bem. O restante deverá ser pago nos termos do acôrdo brasileiro-americano relativo a produtos alimentares. Isto significa que a primeira parte do empréstimo poderá ser entregue em dólar-moeda ou em mercadorias, a critério exclusivo do governo norte-americano, o qual — segundo mostra a nossa longa experiência de País semicolonial — provavelmente preferiu fazê-lo em forma de mercadorias. Trata-se de processo dos mais empregados pelo imperialismo para a manutenção de mercados para as suas exportações. O mecanismo é simples: o governo norte-americano, no caso em discussão, compra produtos agrícolas e industriais estocados nos armazéns das grandes empresas monopolistas para vendê-los aos países subdesenvolvidos, a título de "donativos".

Já a outra parte do referido empréstimo — a relativa aos acordos sobre produtos alimentares — tem caráter ainda mais espoliativo. Eis, em linhas gerais, o que há por trás desses famosos acordos. A agricultura norte-americana, como a de todos os outros países capitalistas desenvolvidos, dada a desorganização do sistema econômico, produz quantidade de alimentos maior do que aquela que o mercado interno pode comprar. Esse fato provoca um desequilíbrio, que se manifesta nas crises de superprodução. Porisso, o governo precisa intervir, a fim de evitar que as crises se reflitam no plano social, pondo a nu todo o desajustamento do regime.

O governo compra, então, aos agricultores do país toda a produção excedente, a fim de sustentar os preços em níveis tais que os grandes monopólios da agricultura e do comércio não tenham seus lucros reduzidos. Se não houvesse tal sustentação artificial, a concorrência tornaria o preço dos produtos alimentares irrisório e, conseqüentemente, arruinaria toda a poderosa

agricultura do país. É para evitar o desastre que o Estado compra os excedentes agrícolas. Mas o governo não pode ficar eternamente com os excedentes estocados. Tem que arranjar-lhes um destino, porque atualmente é obrigado a comprar novos excedentes, e assim por diante.

Então, volta a pergunta: que destino poderá ser esse? O de outros países capitalistas avançados, como a França, a Alemanha ou o Canadá, certamente não será, pois eles também enfrentam idênticos problemas. Vendê-los às nações socialistas, também não terá sentido. É que estes, dentro da economia planificada, geralmente se bastam, e ademais só comerciam em bases de reciprocidade. Compreende-se, pois, que sejam colocados nos mercados dos países subdesenvolvidos. Tal é a explicação para o carinho votado pelo governo e pelos monopólios dos Estados Unidos a seus programas de ajuda externa do tipo "Aliança para o Progresso". Funcionam como solução para os problemas imediatos das classes dominantes dos países imperialistas, resultando numa cruel intensificação da exploração das nações dependentes. Como estas se encontram em situação continuamente dramática, não têm outra saída senão aceitar a lesiva transação. Suas classes dirigentes, premidas de um lado pelos crescentes protestos das massas, cada vez mais miseráveis em virtude do aumento de preços, e de outro, levada a atender aos interesses do imperialismo, que coincidem em grande parte com os seus próprios, aceitam a política imposta pelos monopólios, sem levar em conta as conseqüências negativas que dela decorrem.

Quando o imperialismo vende produtos agrícolas aos países subdesenvolvidos, como agora está vendendo ao Brasil, por meio da "Aliança para o Progresso", lança no mercado, a preços baixos, gêneros alimentá-

cios, com o que prejudicam a produção similar da lavoura nativa. A manobra atinge principalmente os setores da agricultura nacional que produzem para o mercado interno, provocando a queda da produção.

Foi o que aconteceu, por exemplo, com o trigo do Rio Grande do Sul, cuja produção havia atingido em 1958 cerca de um milhão de toneladas, o suficiente, portanto, para suprir quase a metade do consumo do País. Firmaram-se, então, os chamados acordos do trigo, pelos quais os Estados Unidos venderam ao Brasil 1.800.000 ton. de trigo, para pagamento em cruzeiros e a longo prazo (40 anos). Como resultado, os preços do produto nacional começaram a cair e isto provocou forte redução da produção tritícola. Três anos depois, a safra gaúcha mal chegava a duzentas mil toneladas, ou seja, apenas uma quinta parte da produção de 1958. Eis um dos principais motivos do progressivo empobrecimento do outrora rico Estado sulino.

Dêsse modo completa-se o ciclo de exploração imperialista que atualmente se pretende apresentar como "progressista". É a própria contra-revolução em escala mundial, manifestando-se na forma mais ofensiva. Como se observa, a contra-revolução tem origem nos centros de irradiação imperialista e alcança os países espoliados, para daí atuar em sentido contrário, formando um sistema de intercâmbio que visa essencialmente à manutenção dos privilégios das classes dirigentes, também em escala mundial.

AS ESQUERDAS DO BRASIL E A REVOLUÇÃO PACÍFICA

Em face dessa realidade — a contra-revolução mundial — só resta uma saída para as forças de esquerda do Brasil: enfrentar decididamente a reação que se desencadeia a partir do próprio centro do sistema

contra-revolucionário, localizado no país líder do bloco imperialista, os Estados Unidos. Certamente desde que o imperialismo vem intensificando a dominação no Brasil, seu esquema repressivo encontra-se em execução.

Principalmente depois da vitória da Revolução Cubana e devido à imensa repercussão que as medidas por ela adotadas alcançaram no seio das massas populares da América Latina, o imperialismo cuidou de tornar mais efetivo seu esquema contra-revolucionário. A conseqüência imediata disso são os acordos resultantes das duas conferências de Punta del Este, convocadas com o objetivo de se preparar a repressão não diretamente contra o regime cubano, mas contra os povos dos países latino-americanos que vierem, no futuro, a levantar-se para acabar com a miséria e o atraso.

As forças de esquerda no Brasil devem ter em vista que qualquer movimento de libertação nacional, no continente, encontrará pela frente a reação imperialista, agora bastante prevenida e disposta a reprimi-las a ferro e fogo. Na realidade, dificilmente se deixará enganar, a ponto de permitir a repetição do fenômeno cubano. Essa dura lição foi incorporada pelo imperialismo ao conjunto de suas experiências, e de certo não haverá de esquecê-la enquanto perdurar a luta para manter submissos os povos latino-americanos. A contra-revolução aparece, pois, como uma espada constantemente suspensa sobre nossas cabeças. E será reprimido, inclusive com a intervenção armada dos Estados Unidos, qualquer movimento verdadeiramente democrático que surja nas Américas, especialmente nos pequenos países centro e sul-americanos, onde as possibilidades de implantação de regimes democrático-populares, de modo isolado, tornam-se, no presente momento, cada vez mais remotas. Não se deve esquecer

o fato de que a Revolução Cubana reduziu muito as possibilidades de surpreender as forças do imperialismo norte-americano. Estas não aguardarão mais que os movimentos populares conquistem o poder político, para só depois, então, tentar corromper os seus líderes, como contavam fazer em Cuba. O fato de terem as forças populares dirigidas por Fidel Castro triunfado sem despertar as suspeitas do imperialismo, constitui condição específica da revolução do Caribe, condição que não se repetirá em nenhum outro país do continente.

Isto não significa, porém, que a Revolução Cubana tenha sido a última a triunfar na América Latina. Na verdade, alguns países, como a Colômbia, a Argentina e, sobretudo, o Brasil, conservam plenas condições de viabilidade revolucionária. Possuem mesmo condições específicas, como sejam a vasta extensão territorial e a posição geográfica. Difícilmente poderão ser transformados, sem grave inconveniente, em campo de intervenção armada por parte do imperialismo, que assim necessita mais do que nunca contar com a colaboração das classes dominantes locais. Eis porque as forças de esquerda do Brasil, mais que as de qualquer outro país latino-americano, encontram-se, naturalmente, na primeira linha da luta antiimperialista no plano continental. Não podem fugir a essa condição de comando. A revolução brasileira é, na etapa atual, a viga mestra do sistema de transformação social da América subdesenvolvida. E o Brasil é o campo em que se deverá travar a batalha decisiva com a contra-revolução no hemisfério, o que confere às forças de esquerda de nosso País situação verdadeiramente singular no contexto do processo revolucionário do continente.

Mas o fato de o Brasil, a Colômbia ou a Argentina, por exemplo, possuírem condições consideradas

específicas para uma vitória contra as forças do imperialismo, não exclui as possibilidades de êxitos limitados nos demais países. O que parece difícil são as possibilidades de manutenção dos regimes populares porventura vitoriosos. Como já se observou, o imperialismo dificilmente cometerá erro idêntico ao que cometeu no caso da Revolução Cubana. Intervirá certamente e, quanto menor for a extensão territorial do país em questão, tanto mais rápidas e violentas serão as medidas repressivas. Basta recordar os últimos acontecimentos da República Dominicana, onde uma simples agitação de rua, em sinal de protesto contra a ditadura de Joaquim Balaguer, provocou o repentino aparecimento, no litoral daquele país, de navios de guerra dos Estados Unidos, prontos para restabelecer a "ordem".

Em face disso, que caminho devem escolher as esquadras brasileiras para libertar o povo trabalhador da exploração e da miséria? Proclamar simplesmente a necessidade de se modificar a estrutura econômica do País sem o esmagamento paralelo do imperialismo e de seus suportes internos, significa agir cegamente, sem possibilidade de conduzir a luta a qualquer resultado concreto. Pois o problema da mudança de estrutura e o da liquidação dos setores pró-imperialistas acham-se intimamente entrelaçados. Não é possível, nas atuais circunstâncias, resolver um desses problemas e deixar o outro sem solução. Ambos terão de ser atacados ao mesmo tempo, à medida que se desenvolva a luta contra os inimigos do povo trabalhador.

Todavia, setores relativamente esclarecidos de correntes que, em razão de suas condições sociais, desejam soluções revolucionárias, tendem não raro a aceitar a tese profundamente errônea de que as reformas propostas pela burguesia poderão ter caráter positivo. Na

realidade, porém, não se sabe sequer em que consistem tais reformas.

A chamada grande imprensa, por exemplo, apresenta o problema das reformas da maneira mais confusa possível, sempre evitando tocar nos pontos fundamentais. O leitor comum, geralmente às voltas com mil dificuldades e ansioso pela mudança de regime que lhe traga melhoria de condições de vida, absorve toda uma complicada filosofia sobre a maneira de se fazer a "revolução" pacificamente. No final das contas, quase nada entendeu a respeito daquilo que acabou de ler, mas quando fala acerca da carestia e da miséria, repete mecânicamente os chavões da propaganda reformista: enquanto não forem feitas as reformas de base, o País não se endireita. Não desconfia de que está sendo enganado.

As classes dirigentes falam de modo confuso sobre as tais reformas de base, porque já não têm outro meio de tentar iludir as massas. Não podem dizer a verdade, pois seria contribuir para a própria destruição.

É neste ponto que se propõe um dos principais objetivos táticos das vanguardas do povo no Brasil: mostrar às massas que sem a liquidação da exploração imperialista no País, não haverá reforma alguma capaz de beneficiar às camadas populares, e que todas as reformas propostas pelas classes dirigentes não passam de grosseiros embustes, destinados a evitar que o povo trabalhador se incline conscientemente para a aceitação das soluções revolucionárias. Por isso, as vanguardas populares devem denunciar, sempre que necessário, as reformas reformistas apresentadas pela reação centro-direitista, com inteiro apoio das forças ligadas ao imperialismo internacional.

O reformismo é, pois, um dos grandes inimigos do povo brasileiro. Quer como paliativo, quer como sim-

ples manobra dos donos do poder, seu objetivo é a preservação do atual estado de coisas. Não se deve esquecer que as classes dominantes conhecem perfeitamente o terreno onde pisam e que dispõem, além disso, de meios para deter, dentro de certo limite de tempo, o avanço político das forças do povo. O reformismo representa, enfim, a arma por excelência da contra-revolução mundial, podendo mesmo ser considerado como o ingrediente principal da receita que o imperialismo vem prescrevendo, nos últimos tempos, às classes dirigentes dos países espoliados. É a expressão mais sutil do neocolonialismo.

Não devem, portanto, as forças do povo subestimar a capacidade que tem a reação, interna e externa, de enganar as massas. É a saída típica das classes dominantes, não só no Brasil como nos demais países capitalistas. Sua estratégia básica consiste em atirar migalhas ao povo e êste, devido às miseráveis condições de vida, tende a aceitá-las, o que, todavia, só acontece na medida em que as forças que compõem a sua vanguarda não lhe apontem o caminho, mostrando-lhe concretamente a possibilidade de acabar com a miséria em todas as formas, mediante a ação revolucionária.

As forças de esquerda do Brasil não interessa o combate preferencial aos chamados setores de direita, pois êstes, em virtude de suas posições politicamente negativas em relação aos problemas fundamentais das massas populares, não constituem o inimigo mais conseqüente e perigoso.

A tarefa atual das esquerdas brasileiras deve consistir, isto sim, no desmascaramento aberto do reformismo político das áreas centristas, e evoluir, numa etapa mais avançada, para a antecipação, com caráter revolucionário, das medidas que as classes dominantes tentarem apenas esboçar, com o intuito de anestesia-

as massas. É verdade que medidas de natureza reformista adotadas pelas classes dirigentes de um país subdesenvolvido, como o Brasil, têm alcance passageiro. Poderão servir, no máximo, como paliativos para proaduzir o afrouxamento das tensões sociais num momento determinado. Mas a experiência mostra que semelhantes paliativos geralmente são repetidos em pequenas doses e na medida em que as circunstâncias o exijam. Dêsse modo, as forças do imperialismo, aliadas à reação interna, prolongam sua dominação, dando novas formas ao processo espoliativo.

As vanguardas do povo não podem, por conseguinte, aceitar a luta nas duas frentes, cômodamente estabelecidas pela burguesia reacionária, que assim procura combater as forças sociais ascendentes dentro do seu próprio terreno. Daí a necessidade de se redobrar e acentuar a campanha de desmascaramento das chamadas reformas de base, esclarecendo-se a todo o povo sobre os objetivos ocultos dos programas de caráter imperialista, como o da "Aliança para o Progresso", denunciando-os como contrários aos interesses nacionais.

Por outro lado, não se deve identificar os interesses do imperialismo internacional, no Brasil, com o desejo manifesto de alguns setores de nossas classes dominantes, que, em determinadas circunstâncias, saem a pregar a implantação de regimes de força no País, como meio de barrar o avanço das esquerdas. O imperialismo sabe que é mais fácil prolongar sua dominação no Brasil empregando a arma da corrupção direta e o veneno da propaganda disfarçada, orientada para as massas, dentro do atual regime de aparência democrática.

O "reformismo" é seu tema principal, na presente etapa, da mesma maneira como o "desenvolvimentismo" foi a menina de seus olhos durante o governo do Sr.

Juscelino Kubitschek. E não há dúvida de que o "desenvolvimentismo" brasileiro rendeu-lhe excelentes dividendos. Chegou, inclusive, a sensibilizar alguns setores das esquerdas, embora depois da famosa "era de progresso"; depois do grande surto de "industrialização" do quinquênio Kubitschek, sômente as poderosas companhias internacionais tenham realmente lucrado.

Acceptar, pois, os programas reformistas da burguesia reacionária e do imperialismo, significa contribuir para o fortalecimento da contra-revolução, fazendo-lhe inconscientemente o jôgo. Na verdade, só se propõem reformas para aquilo que está gasto ou em vias de ser abandonado por impréstável.

As nossas classes dominantes, dentro da política de manutenção de seus privilégios, estão certas quando falam em reformas. É a saída que lhes resta e também o meio mais eficaz de evitar que as massas se manifestem de modo positivo em favor das soluções revolucionárias. Sabem que, pregando reformas, têm possibilidades de arrebatar à liderança das forças de esquerda amplas áreas da classe média em vias de semiprotarização. Seu objetivo último é erguer obstáculos, da maneira mais simpática e aceitável, à marcha da Revolução Brasileira, dificultando-lhe os passos e procurando até ocupar o lugar das vanguardas populares na pregação das "mudanças de estrutura". Daí ouvir-se comumente representantes da burguesia centro-direitista, em sintonia com o imperialismo, falar em "revolução branca", "revolução pacífica" e "revolução sem sangue", sendo este último, aliás, o símbolo da "Aliança para o Progresso". Tôdas essas manobras têm um único objetivo: adiar tanto quanto possível a adesão franca de poderosas camadas populares ao processo revolucionário dirigido contra a dominação do imperialismo e o monopólio da terra.

QUEM PODE FAZER A REVOLUÇÃO NO BRASIL

“Se perdermos o Brasil, o gigante da América Latina, estaremos caminhando para a perda de todo o continente, com os bilhões de dólares de investimentos norte-americanos, públicos e particulares”.

(De um editorial do New York Herald Tribune, de 26 de agosto de 1962).

A REVOLUÇÃO EM MARCHA

NA DISCUSSÃO DO PROBLEMA DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA, não cabe mais a dúvida de que ela esteja em marcha. As próprias condições do Brasil, País minado pela dominação imperialista e pelo latifúndio, com cerca de 40 milhões de habitantes vivendo em estado de pauperismo crônico e com sua economia mergulhada em crise permanente, trabalham em favor de uma solução radical.

A revolução constitui hoje o tema central da vida do País. Preocupa a tódas as camadas sociais. E muito do que se faz no Brasil atual, quer no plano político quer no econômico, resulta, direta ou indiretamente, da tomada de posição em face do processo revolucionário em marcha.

Não é pensando em outra coisa senão no esmagamento dêle que alguns setores das forças centro-direitistas apregoam, em determinadas ocasiões, a implantação da ditadura militar. Os pretextos são sempre os mesmos: salvaguardar as instituições, preservar os valores cristãos, evitar o caos, a anarquia, etc. No fundo, porém, o objetivo é a liquidação das áreas revolucionárias que se formam em todo o País, num poderoso movimento para acabar com a espoliação e a miséria do povo trabalhador. Da mesma maneira, quando setores das classes dirigentes que se dizem centristas fa-

lam na necessidade de reformas de base, evidentemente não pretendem com isso afirmar a disposição de renunciar aos fabulosos lucros arrancados à custa da fome do povo. Nem tampouco desejam se demitir do papel de classe exploradora para partilhar o poder com as vanguardas do povo. Para elas, as reformas constituem apenas arma de efeito político, dirigida contra a Revolução em marcha.

Verifica-se, por aí, que ambas as formas de pragação política das classes dirigentes — a ditadura militar, de um lado, e as chamadas reformas estruturais, de outro, — não passam de aspectos da contra-revolução, propostos segundo o exijam as circunstâncias e o momento histórico. De certo modo, as suas tomadas de posição em vista do desenrolar dos acontecimentos vão, pouco a pouco, revelando a profundidade da Revolução que os ameaça. Eis porque, empunhando, como o fazem agora, a bandeira reformista, encontram-se em plena defensiva frente às forças sempre crescentes da Revolução, embora procurem dar a falsa impressão de que estão na ofensiva, de que desempenham papel positivo na luta do povo brasileiro contra a miséria e o atraso. É verdade que por trás dessa atitude dúbia das forças da reação interna em face da Revolução Brasileira está o dedo do imperialismo, que escolhe a maneira mais conveniente de atuar, de acôrdo com as circunstâncias e tendo em vista seus interesses imediatos.

Mas os problemas da Revolução Brasileira não podem ser discutidos, essencialmente, à luz da conduta da burguesia reacionária. Estão ligados, enquanto tática de luta, ao comportamento das próprias forças que detêm a alavanca do processo de transformação revolucionária exigida pelas massas. O que importa agora, portanto, é colocar o problema da posição das forças

populares a respeito da revolução em marcha no Brasil. Nesse ponto, apresenta-se a questão de se saber como se manifesta a Revolução.

A REVOLUÇÃO DO OPERARIADO

Em primeiro lugar, pode dizer-se que a Revolução Brasileira se manifesta nos anseios de um operariado urbano relativamente numeroso, que não alimenta qualquer esperança de vir a se libertar da sua condição de crescente miséria. Essa classe vive em luta constante para obter reajustamentos periódicos de um salário mínimo, que na realidade tem o significado objetivo de salário máximo para a esmagadora maioria dos trabalhadores. De fato, o operariado urbano vem enfrentando, nos últimos tempos, dificuldades cada vez maiores devido à inflação e ao conseqüente aumento dos lucros das classes dominantes, dificuldades terrivelmente agravadas pela intensificação da penetração imperialista no setor industrial, principalmente.

Embora a maior parte do operariado industrial brasileiro seja de recente formação, isto é, se constitua de trabalhadores rurais e de camponeses expulsos do campo pelo latifúndio e pelo estabelecimento progressivo, em diversas regiões do País, de relações tipicamente capitalistas no setor agrário, logo se adapta às novas condições de vida e não demora a sofrer na carne os efeitos do processo espoliativo do sistema, perdurando, desse modo, por pouco tempo a satisfação que, de início, normalmente sente por ver aumentado em três ou quatro vezes a ínfima renda ou salário que antes recebia do latifundiário ou do empresário rural. Sente, de fato, a elevação do nível de vida, mas logo compreende que, apesar disso, não conseguiu libertar-se da penúria.

Pode-se afirmar, portanto, que a revolução que o operariado deseja consiste na modificação radical dessa situação, mediante a liquidação da exploração do homem pelo homem, do analfabetismo, da fome e do enfraquecimento das massas urbanas. O operariado quer a Revolução e pode fazê-la. Não importa que suas lideranças eventuais façam o jogo da contra-revolução. É que algumas dessas lideranças, encarapitadas nas cúpulas sindicais, muitas vezes constituídas de agentes governamentais, funcionam como instrumentos da reação para manter o operariado afastado das lutas políticas. Geralmente, sua ação à frente dos órgãos de classe não ultrapassa os limites das reivindicações periódicas em favor de reajustamentos salariais.

Isso significa que o operariado, como classe revolucionária por excelência, ainda espera o surgimento de uma liderança realmente revolucionária, capaz de conduzi-lo pelos caminhos da sua revolução.

A REVOLUÇÃO DO CAMPESINATO

A revolução marcha no Brasil, porque se manifesta nos anseios das massas fundamentais do campesinato, cujas condições de vida se agravam de modo particular. Inteiramente desamparado, o campesinato pobre, desde algum tempo, vem tornando cada vez mais vivas as suas inquietações, com repercussão mesmo no plano internacional, provocando apreensão no próprio quartel-general do imperialismo, que já se põe em movimento para executar seu sinistro esquema contra-revolucionário.

Não é por acaso que, vez por outra, fala-se em estabelecer uma ponte para o transporte de gêneros alimentícios dos Estados Unidos para o Nordeste. Não é por outro motivo que o Ministério do Trabalho, com as

benções do clero reacionário e o apoio do latifúndio, tenta por todos os meios introduzir a sindicalização no campo. Tal iniciativa, como se desprende facilmente, visa a dissolver as lideranças das Ligas Camponesas, mediante a infiltração, em suas diretorias, de pelegos governamentais a serviço do latifúndio. Também não é por acaso que somente nos dois últimos anos, mais de 5.000 militares norte-americanos disfarçados em técnicos entraram no País, especialmente no Nordeste, iniciando, assim, verdadeira operação destinada a anular as possibilidades de "surpresas".

O campesinato brasileiro, nas atuais circunstâncias, marcha mais rapidamente pelo caminho da Revolução do que o próprio operariado urbano, em razão do crescente agravamento de suas já insuportáveis condições de vida e da explosão demográfica que ora se verifica no setor rural. Tal inquietação está provocando o surgimento no campo de uma vanguarda revolucionária, que começa inclusive a atrair outros setores da sociedade interessados na transformação social, como determinadas correntes da classe média e certas camadas do operariado. Por todos esses motivos, as massas fundamentais do campesinato brasileiro, como de resto as dos demais países da América Latina, não têm à sua frente outra perspectiva de se libertar da miséria senão a da revolução antilatifundiária e antiimperialista.

A REVOLUÇÃO DA CLASSE MEDIA

A revolução marcha, no Brasil, porque somente ela pode resolver os problemas da classe média ou da pequena burguesia. Constituída, como já se salientou, de pequenos empresários industriais, comerciantes pobres, camponeses médios, funcionários inferiores, comerciários e intelectuais pobres, a classe média, a cada

dia que passa, desce mais na escala social. Encontrase, porisso mesmo, submetida a impiedoso processo de semi-proletarização e luta contra essa situação. Pelo fato de não dispor de organizações de classe suficientemente fortes para fazer valer suas reivindicações, sofre duplamente os efeitos do sistema de exploração. Isto se verifica porque, quando o operariado promove movimentos para obter aumento salarial e sai vitorioso, as conseqüências dêsse reajustamento na elevação do custo de vida recaem, por assim dizer, imediatamente sobre as camadas inferiores da pequena burguesia, cuja capacidade de luta frente às classes dominantes é bastante reduzida.

Para se ter uma idéia do progressivo empobrecimento da classe média, basta verificar que, em 1945 o funcionário federal da mais elevada categoria (o atual nível 18) tinha um salário nominal (6.000 cruzeiros mensais) quase quinze vêzes maior que o salário mínimo do operário comum, que era de apenas 410 cruzeiros. Já em 1960, verifica-se uma violenta queda no poder aquisitivo do funcionário, que percebia vencimentos (36.000 mil cruzeiros) pouco mais de duas vêzes e meia mais elevados do que o salário do operário comum (13.440 cruzeiros).

O crescente empobrecimento da pequena burguesia atinge, com maior ou menor intensidade, praticamente todas as suas camadas, provocando geral inquietação. Por êsse motivo, as amplas camadas da classe média tornam-se bastante receptivas às idéias revolucionárias e, geralmente, aderem à Revolução na medida em que vão perdendo as esperanças de subir na escala social. Por outro lado, a intensificação da penetração imperialista e a perpetuação do monopólio da terra, com todo seu rosário de conseqüências negativas, como a inflação, a elevação dos preços das utilidades,

o agravamento das condições de habitação nos centros urbanos, fazem com que seus setores mais esclarecidos pouco a pouco se desiludam do regime e redobrem a luta contra a semiproletarização. E como suas aspirações limitam-se ao desejo de atingir algum dia a situação privilegiada de que desfruta a grande burguesia, que lhe serve de modelo, a classe média, por seus setores mais progressistas, prefere marchar ao lado das forças revolucionárias a ser atirada na miséria.

A REVOLUÇÃO DA BURGUESIA PROGRESSISTA

A Revolução marcha, no Brasil, porque existem amplas áreas da burguesia nacional interessadas na liquidação do domínio imperialista no País. Embora incapaz de enfrentar abertamente o capital monopolista internacional, a burguesia brasileira pode ser considerada como força revolucionária, na medida em que a Revolução tenha caráter antiimperialista. Como vive em contradição com o capital colonizador, enquanto apoiar, direta ou indiretamente, a luta contra a dominação externa da nossa economia, que é a luta da imensa maioria do povo brasileiro, a burguesia nacional assume posição revolucionária.

Naturalmente, seu sonho reside na realização de uma revolução cujos frutos revertam em favor de uma única classe: a burguesia nacional. Mas tal desejo não sairá jamais dos limites do sonho, pois a época das revoluções nacionais burguesas já passou. O poder que o imperialismo exerce sobre as nações subdesenvolvidas não permite que as burguesias nativas destas últimas se imponham como classe dirigente única e absoluta. Têm de conformar-se com a sua condição de sócio, muitas vêzes minoritário, do imperialismo, no processo de espoliação do povo. Daí surge a contradição

entre os dois sócios, fazendo com que a burguesia brasileira, em nosso caso, esteja forçosamente atrelada à carroça da revolução. Não se diga que somente setores da burguesia industrial têm interesse na liquidação do imperialismo. Na verdade, verificamos que também amplas áreas da burguesia agrária, especialmente aquelas que se dedicam à produção para o mercado interno, se integram na frente da luta antiimperialista. Tal posição tornou-se mais nítida principalmente depois que os Estados Unidos intensificaram sua política de colocação de excedentes agrícolas no País, prejudicando os produtores internos, que se vêem desesperados por não poderem manipular à vontade uma política de preços altamente compensadores.

Seja como for, mesmo que a burguesia nacional venha a adotar, no momento decisivo, uma posição contra-revolucionária, formando lado a lado com as forças do imperialismo, mesmo que tal aconteça, o que é até natural, já terá desempenhado importante papel no desenrolar do processo revolucionário. É que sua posição antiimperialista não decorre da vontade consciente dos homens de negócios que a constituem, nem tanto do seu patriotismo, mas tão-somente da necessidade que tem de defender o que considera direito seu: explorar sozinho o povo brasileiro. Portanto, não pode deixar de ser antiimperialista, sob pena de se aniquilar como classe dirigente ou ver-se na contingência de associar-se aos grandes trustes internacionais, dêles recebendo apenas pequena porção dos despojos do saque que vem sendo praticado contra os interesses da imensa maioria do povo brasileiro.

AS CONTRADIÇÕES DAS ESQUERDAS

É fato inegável que a Revolução está em marcha no Brasil. Seu avanço faz as classes dominantes atra-

vessarem, na presente etapa, um período de grande desassossego.

O desespero das direitas, que vivem a pedir a contenção das forças populares e o retrocesso da atual política externa, explica-se, principalmente, pela constatação de que a Revolução marcha no Brasil. De outro lado, a preocupação excessiva do "centrismo" é igualmente sintomática, e manifesta-se por duas posições perfeitamente definidas: quando, por um lado, faz restrições à conduta dos setores direitistas — que consideram precipitada — não assumem posição de combate decisivo às direitas, o que, de resto, é natural; incomodam-se, sobretudo, porque a rigidez do extremismo de direita na preconização de soluções antipopulares, pode provocar maior radicalização das áreas esquerdistas e assim apressar a marcha da Revolução; nesse ponto, como em todos os demais, centro e direita apenas disputam a primazia na execução da contra-revolução no Brasil. Quando, de outro lado, desfraldam a bandeira das reformas básicas, pretendem simplesmente colocar a contra-revolução em termos os mais objetivos possíveis, na única manobra de certa profundidade de que são capazes as classes dirigentes.

O que há, em síntese, é o reconhecimento expresso, por parte dos donos do poder, de que a Revolução caminha a passos largos, no Brasil. Nunca é demais re-pisar no fato de que as divergências existentes entre êsses dois aspectos das classes dirigentes (centro e direita) — prendem-se, essencialmente, à escolha, por êles, dos meios mais eficazes de esmagar a Revolução.

Mas, se é verdade que êles divergem quanto aos processos de paralisar a marcha da Revolução, não é menos real o fato de que as forças de esquerda apresentam-se também taticamente divididas quanto aos meios de realizar a transformação revolucionária. Com uma

diferença, apenas. As divergências no seio das forças de esquerda podem conduzir a resultados perigosos para a causa popular. Ocorre que certas teses baseadas em análises falsas da realidade brasileira levam determinados setores revolucionários a adotar posições que, em última análise, contribuem para o fortalecimento da contra-revolução, desservindo, porisso mesmo, à causa da Revolução que sinceramente desejam realizar.

Tentaremos discutir algumas posições consideradas de grande importância para a Revolução Brasileira, cuja adoção por determinados grupos das forças revolucionárias constituiu tema de numerosas controvérsias no seio das correntes de esquerda.

O ATUAL REGIME TENDE PARA A DEMOCRATIZAÇÃO

Essa tese conduz a uma posição que não responde às exigências da realidade política brasileira. Implica, objetivamente, na aceitação de que as nossas classes dirigentes estariam sempre e progressivamente dispostas a atender às reivindicações populares. Ora, isso determinaria a crescente participação direta e, portanto, revolucionária do povo nas decisões governamentais. E tal fato é completamente falso, pois conduz ao reformismo mais absurdo. Como se admitir a existência de uma tendência para a democratização do regime, se desde a restauração das chamadas liberdades democráticas, com a promulgação da Constituição de 1946, o imperialismo não cessou, e até ao contrário, intensificou a penetração em nosso País, aumentando a influência na vida política nacional e consolidando o poder de comando sobre a nossa economia? Como se manifesta essa tendência para a democratização do regime, se nos últimos dez anos a propriedade da terra no campo sofre

e continua sofrendo acentuado processo de concentração em mãos de pequena porcentagem de latifundiários?

A não ser que a referida tendência consista na aprovação pelo Congresso, de certas leis, que embora apresentadas como medidas de caráter popular, não passam de providências formais, destinadas a iludir as massas ou a acreditar o Parlamento perante elas. Pois, na verdade, as classes dirigentes governam mediante a adoção de dois tipos de medidas: aquelas que lhes interessam de modo direto e, conseqüentemente, são cumpridas à risca; e as providências tomadas apenas com o objetivo disfarçado de neutralizar o poder reivindicante das massas, não com o fim de serem concretizadas em benefício destas.

Nesse ponto, a burguesia, empregando com senso de oportunidade a inteligência de classe, converte, com sucesso, em "realizações" a seu crédito, número considerável de reivindicações populares. Eis o que acontece com tôdas as reformas de base imagináveis, que sabem transformar em verdadeiro arremêdo das exigências do povo, usando, porém, uma linguagem tão do agrado das massas que supera, por vêzes, as pregações das correntes revolucionárias que dizem acreditar na chamada tendência à democratização do atual regime.

As classes dominantes, longe de fazerem concessões ao povo, promovem manobras de amplo alcance, para tanto utilizando, certamente, temas da preferência das massas. Ainda recentemente, as vanguardas revolucionárias testemunharam uma das maiores negociações da história do Brasil, levada a cabo pelo governo do Sr. João Goulart, de comum acôrdo com as forças ligadas ao imperialismo norte-americano e no interesse exclusivo dêste.

Diz respeito à encampação das concessionárias estrangeiras de serviços públicos, conchavada quando da

visita do Presidente da República aos Estados Unidos. Como se sabe, a desapropriação dessas empresas, de acôrdo com os interesses do povo, há anos faz parte da lista das reivindicações nacionais. No entanto, como a presença de tais companhias, de modo geral servindo pêssimamente a centenas de milhares de usuários, constitui, na etapa atual, motivo de sério desgaste político para o imperialismo, êste, sob a proteção do Departamento de Estado, conseguiu envolver o Gôverno brasileiro e levá-lo a cometer mais essa ação contra os interesses do povo e da Nação.

Vejamos, como se consumou a manobra. Os capitais investidos nas concessões dos serviços de electricidade, por exemplo, nem sempre são as aplicações mais lucrativas. Além disso, os crescentes aumentos das tarifas de serviços transformam-se, não raro, em motivo de protestos populares, com reflexos na imprensa, nas Assembléias e no Parlamento. Provocam greves e distúrbios, tudo redundando em crescente desprestígio para as empresas imperialistas e, conseqüentemente, para seus países de origem. Como na presente etapa de nosso desenvolvimento, a luta antiimperialista vem sendo engrossada por camadas cada vez mais amplas do povo, os trustes, num golpe bem planejado, resolvem vender suas empresas ao Gôverno brasileiro por preço que, segundo os peritos, vai muito além do valor real. Mais ainda: a quantia que pretendem receber será, em grande parte, aplicada aqui mesmo, em indústrias ou em outras atividades mais lucrativas, dando-se, assim, caráter menos ostensivo à espolição. Não é necessário que as forças imperialistas venham diretamente aos jornais justificar a negociata. Disso se encarregam as classes dirigentes, com a cobertura da grande imprensa, que não se cansa de aplaudir a solução logo tachada de "patriótica". Que dizer, pois, de certas vanguardas

populares que aceitam essa suposta tendência à democratização do regime político brasileiro? Naturalmente, colaboram de modo inconsciente com a contra-revolução.

É isso precisamente que proclamam as classes dirigentes, quando afirmam que se deve aperfeiçoar as instituições democráticas, quando apregoam que somente as suas reformas, realizadas dentro de um clima *democrático*, são capazes de resolver os problemas do povo. O regime, segundo elas, marcha para crescente e renovado aperfeiçoamento: democratização administrativa, política, econômica, social, etc. Até os senhores membros da Confederação das Indústrias e das Associações Comerciais falam freqüentemente em "democratização" do capital.

Admitir que o regime tenda realmente para a democratização, em favor do povo, é escolher um caminho que dificilmente conduzirá à revolução popular. Será sustentar indefinidamente uma luta reivindicatória que, cedo ou tarde, perderá o sentido por não levar a nada de concreto, pois a burguesia, para prolongar o domínio, muitas vêzes estimula os movimentos reivindicatórios desde que dêles possa tirar proveito de natureza política.

Porisso, os setores das vanguardas populares que incorporarem semelhante tese à sua estratégia política estarão, em última análise, erguendo obstáculos à Revolução Brasileira. Contudo, à proporção que tais vanguardas se afastam do caminho revolucionário, por falta de compreensão da realidade nacional, outras correntes mais conseqüentes aparecem a fim de preencher o vazio. Pois se aquelas vanguardas expressassem realmente as tendências revolucionárias das massas populares, não haveria condições para que proliferassem, como acontece no momento, os grupos de esquerda, as organiza-

ções revolucionárias, que começam a agitar o cenário político.

Só podem, assim, realizar a revolução no Brasil as vanguardas que contestarem a tese de que o regime caminha para a democratização, explicando às massas que, ao contrário, a cada pequeno avanço das forças do povo rumo ao poder, as classes dirigentes responderão com a crescente subtração das liberdades burguesas, formalmente inscritas nas leis do País. Podem fazer a revolução no Brasil as correntes que afirmarem que só haverá democracia quando as vanguardas do povo, tendo atingido o poder por processo revolucionário, instituírem um regime de igualdade econômica, um regime que se afirme pela supremacia do operariado, do campesinato, e da classe média. Fora disso, haverá debate político ou doutrinário, diálogo entre as forças do povo e as classes dirigentes, reivindicações econômicas, mas não surgirá daí ação alguma decisiva, tendente a eliminar a miséria, o analfabetismo, as doenças, e varrer para sempre do País a dominação do imperialismo internacional.

FORMAÇÃO DE UM GOVERNO NACIONALISTA

Certos setores das nossas vanguardas populares consideram possível, dentro dos quadros do atual regime, a instauração de um governo nacionalista. Tal idéia implica na aceitação de que, através do processo eleitoral, qualquer que venha a ser a sua amplitude, é viável liquidar o domínio imperialista. Muito bem. Mas a derrota do imperialismo, dentro do atual regime, a que conduziria? E quem comandaria essa liquidação? A burguesia nacional, certamente — responderiam. Es-taríamos, então, ante uma autêntica revolução democrático-burguesa, estranhamente consumada por processo legislativo.

Acontece que, na etapa atual, nem mesmo a burguesia nacional, que é a parte diretamente interessada na sua revolução, acredita nessa possibilidade, precisamente pelo fato de sentir que não tem condições para levar a cabo a tarefa. E tanto não tem condições para a luta que vem travando contra as forças do imperialismo, nos últimos 15 anos, sempre foi derrotada.

A burguesia nacional tentou sustentar Getúlio Vargas no poder, após 1945, mas, como este manifestasse o desejo de defender os milhões de dólares produzidos por nossas exportações durante os anos da II Guerra Mundial, tornou-se antipático ao imperialismo. Foi apeado do poder, em nome da restauração das liberdades democráticas. No seu lugar colocaram o General Dutra que, abrindo as portas do País às quinilharias de origem norte-americanas, principalmente, proporcionou o esbanjamento, em poucos anos, de enorme quantia em ouro acumulada à custa do suor de milhões de brasileiros.

Outro golpe, não menos sério, assestado pelas forças do imperialismo contra a burguesia nacional, repetia-se em agosto de 1954, quando o mesmo Vargas, agora Presidente eleito, foi forçado a apelar para o gesto extremo, a fim de evitar a deposição e a humilhação pessoal. Mais uma vez a burguesia nacional demonstrava sua incapacidade de aguentar sôzinha a luta contra o imperialismo, o qual a partir do ano de 1955 intensificaria a penetração nos principais ramos da economia e da administração do País, tornando-se força política esmagadora.

De onde, pois, poderá vir esse governo nacionalista, se a burguesia ligada aos interesses nacionais não tem condições para manter um governo seu, independente? Os acontecimentos relativos à luta pela libertação nacional, não só no Brasil como em todos os países

subdesenvolvidos do mundo, dependentes do imperialismo, não recomendam a aceitação de semelhante tese.

Um governo nacionalista burguês era o que pretendiam implantar em Cuba. Não era outro o caminho natural da revolução chefiada por Fidel Castro. Mas estaria nos planos do imperialismo norte-americano permitir que essa revolução nacionalista se consumisse, em detrimento dos interesses das empresas dos Estados Unidos que arrancavam lucros fabulosos da pequena ilha do Caribe? Não é uma das características essenciais de governo tipicamente nacionalista reservar a exploração das riquezas do solo, do subsolo, do comércio e da indústria do país às empresas constituídas com capitais nacionais? Era o que os homens de Sierra Maestra queriam fazer em Cuba e que encontrou a oposição das forças do imperialismo desde os momentos iniciais, desde a adoção das primeiras medidas de caráter nacionalista, fazendo com que o governo de Fidel Castro seguisse o único caminho possível na presente etapa histórica: o caminho do socialismo.

Poderão argumentar que, afinal, o imperialismo não repetiria esses erros com relação a qualquer outro país, porque não tem tendência para o suicídio. Acontece, porém, que, quando o imperialismo age assim, na defesa dos seus interesses, não está cometendo o que se pode chamar de êrro, mas simplesmente desempenhando o seu papel histórico, pois, se agisse de modo diferente, estimulando as burguesias nacionais dos países dependentes a lutar contra a espoliação do capital colonizador, aí, sim, estaria cometendo suicídio.

O imperialismo, como é natural, prefere morrer lutando a matar-se pelas próprias mãos. É o que tem acontecido e acontecerá com mais razão nos tempos que correm, pois à medida que a luta contra sua dominação se intensifica nos países saqueados, torna-se cada

vez mais estreito o círculo de ferro com que os esmaga, disso resultando que as possibilidades de afirmação das burguesias nacionais se limitam a cada passo.

Na tarefa espoliadora, as forças do imperialismo costumam empregar as mais diabólicas táticas, que vão desde as formas mais grosseiras — ditadura militar, governo forte ou de coalizão nacional — aos processos mais sutis, como a defesa expressa do reformismo político e econômico e a adoção de posições “nacionalistas”.

Esta última tática se reveste, para o Brasil, como veremos, de particular interesse, uma vez que muita gente custará a acreditar que o imperialismo possa vir a defender uma posição “nacionalista”. A verdade é que o Brasil encontra-se atualmente tão minado pelo capital colonizador que a adoção por este último de posições “nacionalistas” já não merece espanto.

Senão, veja-se como isto é possível. Em face da crescente importância comercial do campo socialista, cujo poder de competição no mercado internacional constitui permanente ameaça aos interesses dos monopólios capitalistas, estes, temerosos de perder seus alhos de consumidores brasileiros modificam, pouco a pouco, os métodos de dominação do mercado. Ao invés de tentar impor seus produtos, conforme o estilo antigo, empregando uma política comercial antipática, com risco de estimular, inclusive, o sentimento nacional, o imperialismo preferiu empreender a verdadeira “ocupação” industrial do Brasil, quer adquirindo o controle de empresas nacionais, quer transferindo fábricas inteiras para montar dentro das nossas fronteiras, tudo isso com o objetivo de preservar o mercado consumidor. Assim aconteceu com as indústrias automobilística, de material elétrico, química, farmacêutica, de construção naval, de tratores, aparelhos domésticos, etc.

A manobra é muito simples: antes que os países socialistas conseguissem interessar os importadores brasileiros com transações altamente vantajosas, à base de trocas de produtos industriais, principalmente bens de capital, por minérios, cacau, café e outras matérias-primas, o imperialismo apressou-se a intensificar o controle sobre o nosso setor industrial, a fim de assegurar o mercado que corria o perigo de perder.

A partir de então, tem se verificado o seguinte: tudo o que temos em matéria de indústrias no Brasil passou a ser apresentado aos olhos do povo como "indústria nacional". Pressiona-se o governo para conceder os mais absurdos favores em nome dessa "indústria nacional". Arranca-se aos poderes públicos o dinheiro do povo para o financiamento da exportação dos produtos fabricados por essa "indústria nacional".

Há meses, jornais do Rio e de São Paulo iniciaram uma campanha contra determinada transação em que o IBC propunha trocar café dos seus enormes estoques por navios de fabricação polonesa. Alegavam os jornais que o negócio era prejudicial à "indústria nacional", quando na realidade apenas contrariava interesses dos grupos estrangeiros que controlam a construção naval do País. Pois, se há interesses que jamais devem ser identificados com os de estaleiros como a Ishikawagima ou a Verolme, são os interesses do Brasil.

Mas o fato se presta para demonstrar que o imperialismo sabe usurpar bandeiras. Serve para mostrar, além disso, que o nacionalismo brasileiro, que surgiu precisamente do combate, sob tôdas as suas formas, à ação pernicioso do imperialismo, foi ou está sendo por este deturpado, e agora se presta, em determinadas circunstâncias, a servir de instrumento na luta que as forças imperialistas travam contra o bloco das nações socialistas.

Tudo isso leva a uma conclusão: não é possível, dentro dos quadros do atual regime, um governo nacionalista burguês, representando nova etapa no desenvolvimento do País. As vanguardas populares que acceitarem semelhante tese fazem inconscientemente o jogo da contra-revolução.

Podem fazer a revolução no Brasil as vanguardas do povo que, conscientes dessa nova fase do processo de espoliação do País pelo capital colonizador, suberem dirigir as frentes revolucionárias das massas populares no sentido da instituição de um governo democrático-popular, isto é, um governo em que os operários, os camponeses, a classe média e outros setores do povo trabalhador, detêm de fato o poder para implantarem as transformações exigidas pela sociedade brasileira.

A burguesia nacional, por suas áreas mais progressistas, se integrará no processo e com êle deverá evoluir, até desaparecer completamente como classe. Fora dessa posição, poderá existir, no máximo, esquematismo rígido, que só servirá de obstáculo no caminho da Revolução do povo.

REALIZAÇÃO DE REFORMAS ANTIIMPERIALISTAS E DEMOCRÁTICAS DENTRO DO ATUAL REGIME

É outra tese capitulacionista. Este é precisamente o esquema a que se apegam as classes dirigidas para neutralizar as manifestações de caráter revolucionário que, de vez em quando, ocorrem no País. Que reformas econômicas, em benefício do povo, podem ser realizadas dentro do atual regime? Seria, por acaso, a reforma agrária burguesa que, como já se frisou, longe de beneficiar às massas fundamentais do

campesinato, em particular, e às camadas do povo, em geral, viria, ao contrário, dar mais poder ao latifúndio e semear ainda em todo o território nacional legiões de pequenos proprietários extremamente miseráveis?

Além disso, mesmo que tal fosse possível, dentro dos quadros da presente subordinação da economia do País aos interesses internacionais, semelhante reforma agrária jamais se constituiria em medida de caráter antiimperialista. A não ser que houvesse a possibilidade de reservar-se o mercado interno apenas às mercadorias produzidas pela indústria nacional. A hipótese só seria válida no caso de se varrer, antes, da vida brasileira, o poder de comando que o imperialismo exerce predominantemente sobre a economia industrial. Isso representaria, no máximo, um pequeno aumento do bolo a ser repartido entre os diversos setores das classes dirigentes, sendo que as áreas ligadas ao imperialismo ficariam com a parte do leão, como sempre acontece nos países de economia dependente.

Que outra reforma poderia ser realizada dentro do atual regime? O controle ou estacamento das remessas de lucros para o estrangeiro — responderão alguns. Mas, será isso viável nas presentes condições, quando o imperialismo exerce poderosa influência sobre o Congresso e sobre toda a máquina governamental?

O substitutivo Celso Brant, a respeito do qual já falamos, apesar de ter sido substancialmente modificado no Senado, não logrou a sanção presidencial, sendo simplesmente devolvido ao Congresso para a promulgação. De nada adiantaram os esforços da burguesia nacional. Pela vontade desta última há muito teria sido aprovado em sua forma original, e não deturpado e cheio de dispositivos contraditórios, a ponto de tornar-se quase inofensivo aos interesses do imperialismo. Mesmo admitindo, para argumentar, que o substitutivo Celso Brant

houvesse sido aprovado sem distorções, teria êle condições de ser rigorosamente aplicado, contrariando frontalmente os interesses do capital colonizador? Duvidamos que tal acontecesse, sem a liquidação prévia da influência das forças imperialistas sobre a máquina da administração do País. (1)

Assim, não se percebe por que meio será possível efetivar reformas econômicas, dentro do atual regime. Pois, com efeito, qualquer que seja a natureza delas, funcionarão sempre no sentido de atender aos interesses dêste ou daquele setor das classes dirigentes e nunca em benefício do povo.

Aliás, na presente conjuntura, em que as classes dirigentes do Brasil se vêem pressionadas por crescente inquietação no seio do operariado, do campesinato e da classe média, é até providencial que elementos das vanguardas populares saiam às ruas para proclamar, com elas, ser possível e mesmo recomendável a realização de reformas econômicas e políticas dentro do atual regime. Pois isso justifica plenamente a permanência dos atuais quadros dominantes à frente do poder e de modo algum abre as perspectivas revolucionárias desejadas pela esmagadora maioria do povo brasileiro.

Defender semelhante tese significa situar-se dentro do campo de manobras das forças da reação, proporcionando-lhes uma tomada de posição de certo modo avançada, uma vez que, desfraldando a bandeira reformista, o centro político chega, muitas vezes, a identificar sua pregação com a de certas vanguardas populares, exatamente nos pontos em que a êle, centro, in-

(1) Na verdade, quando escrevemos, o projeto de remessa de lucros está retido na Imprensa Oficial, enquanto se processam rapidamente os entendimentos entre o Brasil e os Estados Unidos, para a assinatura de um Acôrdio sobre Garantia de Investimentos.

teresse tal identificação. Quando a burguesia afirmar ser possível reformar as instituições no atual regime, está desempenhando seu papel com absoluto senso de oportunidade e mediante uma tática rigorosamente de acôrdo com sua posição histórica. A inteligência de classe funciona no sentido de preservar seus privilégios, de manter a exploração das massas.

Quando, porém, são as esquerdas que levantam tal bandeira, estão colaborando indiretamente com a contra-revolução, ampliando o campo de manobras das classes dirigentes. Porisso, difficilmente realizarão a revolução no Brasil. No máximo, estão em disponibilidade para aderir ou se integrar à causa do povo, marcando a reboque dos acontecimentos.

Na verdade, a Revolução Brasileira será feita por aquelas vanguardas populares que forem capazes de compreender que reforma alguma, dentro do atual regime, poderá pôr fim à miséria, à fome, à doença e ao analfabetismo das amplas massas do povo trabalhador. Essas vanguardas terão de deixar claro que qualquer reforma susceptível de beneficiar às massas deverá ter o significado de uma revolução profunda. E que, para que isso aconteça, é preciso os operários, os camponeses e a classe média, tomarem em mãos o poder político.

Pois, como se diz, ninguém legisla contra os próprios interesses. Do mesmo modo como as classes dirigentes, por meio do seu Congresso, de seu Presidente, das suas Assembléias Estaduais e das Câmaras Municipais, bem como dos seus Tribunais de Justiça, que nada mais fazem do que atender, fundamentalmente, a seus interesses de classe, assim também as camadas do povo encontrarão a solução para os seus problemas, quando também, mediante processo revolucionário, já que para elas não existe outro processo possível, contarem com o seu Congresso, seu Presidente, as suas As-

sembléia Estaduais, as suas Câmaras de Vereadores e os seus Tribunais de Justiça.

As vanguardas do povo não devem esquecer que para a solução dos problemas das massas só há o caminho revolucionário. Principalmente na presente etapa, em que a maioria do povo já compreendeu que a escolha de parlamentares e de governantes pelo processo eleitoral não passa, de fato, de uma arma nas mãos das classes dominantes. É a maneira de dar ao povo explorado a falsa impressão de que é livre para escolher os governantes, quando, na realidade, éstos são escolhidos pelos grupos ligados aos interesses da reação. Por fim, as vanguardas populares que levarem em consideração todos éstos factôres estarão marchando firmes pelo caminho que conduz à libertação nacional e à liquidação da exploração do homem pelo homem.

ESTA OBRA FOI EXECUTADA NAS OFICINAS DA
COMPOSITORA GRÁFICA LUX LTDA., RUA FREI
CANECA, 224 - RIO DE JANEIRO, PARA A
EDITORIA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S. A., EM
NOVEMBRO DE 1962.

CADERNOS DO POVO BRASILEIRO

Os grandes problemas de nosso País são estudados, nesta série com clareza e sem qualquer sectarismo; seu objetivo principal é o de informar. *Sòmente quando bem informado é que o povo consegue emancipar-se.*

Primeiros lançamentos

- 1 — QUE SÃO AS LIGAS CAMPONESAS?
Francisco Julião
- 2 — QUEM É O POVO NO BRASIL?
Nelson Werneck Sodré
- 3 — QUEM FAZ AS LEIS NO BRASIL?
Osny Duarte Pereira
- 4 — POR QUE OS RICOS NÃO FAZEM GREVE?
Alvaro Vieira Pinto
- 5 — QUEM DARÁ O GOLPE NO BRASIL?
Wanderley Guilherme
- 6 — QUAIS SÃO OS INIMIGOS DO POVO?
Theotônio Júnior

Volumes extras

- 1 — VIOLÃO DE RUA
Diversos
- 2 — REVOLUÇÃO E CONTRA-REVOLUÇÃO NO BRASIL
Franklin de Oliveira

LEIA-OS — COMENTE-OS — DIVULGUE-OS